



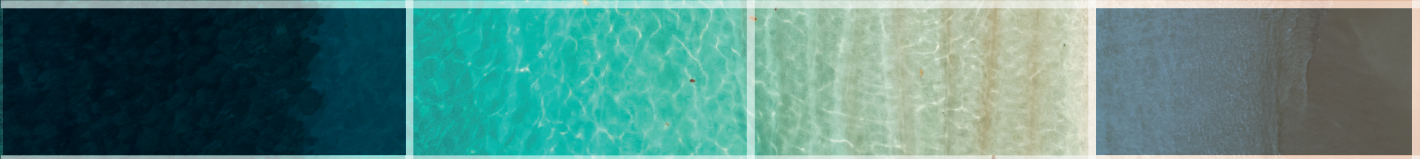
Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura

Estratégia de transição da

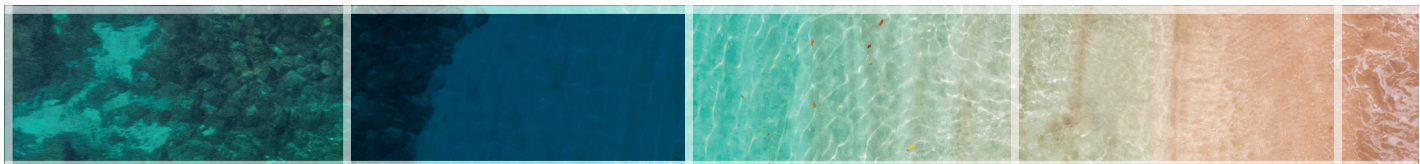
economia azul

para São Tomé e Príncipe





Estratégia de transição da
economia azul
para São Tomé e Príncipe



Citação obrigatória:

FAO. 2021. *Estratégia de transição da economia azul para São Tomé e Príncipe*. São Tomé.

As designações usadas e a apresentação do material neste produto de informação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre o status legal, ou de desenvolvimento de qualquer país, território, cidade, área, ou sobre suas autoridades competentes, ou relativas à delimitação de suas fronteiras ou limites. A menção de empresas específicas ou produtos de fabricantes que tenham sido ou não patenteados, não implica que estas tenham o endosso, ou recomendação da FAO, em detrimento de outras de natureza similar que não tenham sido mencionadas.

As opiniões expressas neste produto de informação são de responsabilidade de seu(s) autor(es) e não são necessariamente as opiniões ou políticas da FAO.

ISBN 978-92-5-134765-2

© FAO, 2021



Alguns direitos reservados. Este trabalho é oferecido sob a licença *Creative Commons* Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 IGO (CC BY-NC-SA 3.0 IGO; <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo/legalcode>).

De acordo com os termos desta licença, este trabalho poderá ser copiado, redistribuído e adaptado para fins não comerciais, desde que o trabalho seja devidamente citado. Em qualquer uso do trabalho, não deverá haver qualquer sugestão de que a FAO endosse qualquer organização, produto ou serviço específico. Não é permitido o uso do logotipo da FAO. Se o trabalho for adaptado, o mesmo deverá estar sob a mesma licença, ou outra equivalente da *Creative Commons*. Se o trabalho for traduzido, a tradução deverá incluir, juntamente com a citação obrigatória, o seguinte aviso: “Esta tradução não foi realizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A FAO não é responsável pelo conteúdo ou fidelidade da tradução. A versão portuguesa original será a versão oficial.

Os litígios decorrentes da licença e não resolvidos amigavelmente serão solucionados por mediação e arbitragem, de acordo com o Artigo 8 da licença, salvo disposições em contrário expressas neste documento. As regras de mediação a serem aplicadas serão as da Organização Mundial da Propriedade Intelectual <http://www.wipo.int/amc/en/mediation/rules> e qualquer arbitragem deverá estar em conformidade com as Regras de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL).

Materiais de terceiros. Os usuários que reutilizem os materiais deste trabalho que tenham sido atribuídos a terceiros, tais como tabelas, ilustrações ou imagens, serão os responsáveis em determinar se uma autorização para tal reutilização é necessária e em obter a autorização do detentor dos direitos autorais. As possíveis demandas resultantes da violação de qualquer parte do trabalho que pertença a terceiros serão responsabilidade exclusiva do usuário.

Vendas, direitos e licenciamento. Os produtos de informação da FAO encontram-se no site da FAO (www.fao.org/publications). Podem ser adquiridos em: publications-sales@fao.org. Pedidos para uso comercial devem ser encaminhados para: www.fao.org/contact-us/licence-request. Envie consultas sobre direitos e licenciamento para: copyright@fao.org

Índice

Sigles	v
Prefácio.....	vi
Preâmbulo.....	ix
1. Fundamento da estratégias.....	2
1.1 Objetivos.....	4
1.2 Conceito de economia azul	4
2. Contexto estratégico do crescimento azul	6
2.1 Geodemográfico, socioeconómico, e ambiental.....	7
2.1 Políticas e estratégias nacionais a favor da economia azul.....	9
2.2. Quadro institucional (nacional e internacional)	11
2.3 Sistema de governação	12
3. Setores de crescimento azul.....	14
3.1 Pesca e aquacultura	15
3.1.1 Aquacultura.....	17
3.1.2 Contribuição da pesca para a economia nacional	18
3.2 Cadeia de valores, mercado e segurança alimentar.....	19
3.2.1 Cadeia de valor.....	19
3.2.2 Comercialização e consumo	19
3.3 Turismo e ecoturismo.....	20
3.4 Energias renováveis.....	22
3.5 Ambiente e biodiversidade	23
3.6 Transportes e segurança marítimos.....	25
4. Novo paradigma de desenvolvimento e os desafios estratégicos no quadro da economia azul	28
5. Viabilidade do crescimento azul	32
5.1 Sistema de governação.....	33
5.2 O papel de um alto comissário para a transição para a economia azul	33
5.2.1 Comité técnico interministerial de economia azul (CTIEA)	36
5.2.2 Unidade inteligencia estratégica para a economia azul (UIEPEA).....	36
5.3 Mecanismo potencial de financiamento de economia azul	39
5.4. As ações setoriais prioritárias e os nichos potenciais do crescimento azul.....	40
6. Próximos passos	42
7. Plano de Acção	48
Anexo 1	50
Anexo 2	55

TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1:

Principais serviços e setores do ecossistema da economia azul 4

Tabela 2:

Principais indicadores económicos 8

Tabela 3:

Projetos de investimentos concluídos (2009-2018), não inclui os em curso 10

Tabela 4:

Projetos de investimentos em curso 10

Tabela 5:

Potencial haliêutico em toneladas por ano 15

Tabela 6:

Potencial haliêutico por categoria de recursos 15

Tabela 7:

Contribuição da pesca no PIB em mil dobras (STN) 18

Tabela 8:

Implementação de uma abordagem 38

Tabela 9:

Áreas setoriais e campos de intervenção por plano de ação 49

Gráfico 1:

Estratégias regionais ou globais 10

Gráfico 2:

Transversalidade da economia azul 11

Gráfico 3:

Evolução da produção de pesca artesanal e semi-industrial (toneladas) 16

Gráfico 4:

Evolução das exportações do pescado, 2013-2016 (toneladas) 18

Gráfico 5:

Evolução das exportações de pescado, 2013-2016, (mil STN) 18

Gráfico 6:

Evolução dos estabelecimentos no país 21

Gráfico 7:

Entradas de visitantes (turistas e excursionistas) nos últimos 10 anos 22

Gráfico 8:

Constrangimentos e oportunidades para o desenvolvimento da economia azul 30

Gráfico 9:

Tipo de serviços fornecidos no âmbito da economia azul 31

Gráfico 10:

Desafios estratégicos 31

Gráfico 11:

Diagrama do Alto Comissário para a transição para a economia azul 35

Gráfico 12:

As áreas temáticas identificadas para o crescimento azul 40

Gráfico 13:

Para cada uma das áreas temáticas, no quadro do crescimento azul, selecionamos quatro temas de intervenção 40

Gráfico 14:

Novos mecanismos de financiamento e mobilização de recursos 41

Gráfico 15:

Componentes de investimento que estruturam o PNIEA-STP 45



Abreviaturas e siglas

CTIEA: Comitê técnico interministerial de economia azul

DIEA: Departamento de investigação, estatística e aquicultura

ENAPORT: Empresa nacional de administração dos portos

ENCO: Empresa nacional de combustível e óleo

FAO: Organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura

FCA: Facilidade de crédito alargada

FGMA: Fundo global para o meio ambiente

GIEPPA: Grupo de interesse económico de palaiês e pescadores artesanais

INN: Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada

ODS: Objetivos de desenvolvimento sustentável

PAE: Programa de ajustamento económico

PIB: Produto interno bruto

PNIEA-STP: Plano nacional de investimento da economia azul para São Tomé e Príncipe

PPP: Parceria pública privada

RGHP: Recenseamento geral da população e da habitação

UIEPEA: Unidade inteligencia estratégica para a economia azul

UNDP: United Nations development programme

ZEE: Zona económica exclusiva

Prefácio



A “Estratégia de transição da economia azul para São Tomé e Príncipe” foi elaborada através de um processo participativo apoiado por um grupo de consultores nacionais, liderados pelo economista e consultor Adelino Castelo David, coadjuvados pelos consultores internacionais, liderados pelo Doutor Joseph Catanzano. Financiada pela FAO, constitui um contributo de enorme valia para a Estratégia Nacional, cuja pertinência e atualidade para este Pequeno Estado Insular e Arquipelágico em desenvolvimento com uma superfície marítima cerca de 170 vezes superior à sua superfície terrestre, confere, naturalmente, uma importância particular a este trabalho.

A reflexão produzida neste documento visa essencialmente dotar o País de uma estratégia alternativa para o seu desenvolvimento, identificando os eixos de intervenção úteis para alavancar o desenvolvimento sustentável. Alicerça-se num quadro institucional de pilotagem, novas oportunidades de financiamento e um roteiro de ações prioritárias identificadas na estratégia para a transição, levando em consideração as necessidades de investimento pré-identificadas que serão refinadas de acordo com os projetos e programas prioritários.

A estratégia resultante deste estudo, devido ao seu potencial impacto sobre a economia, se devidamente implementada, pode converter-se num novo paradigma para o desenvolvimento sustentado e resiliente do País.

Para os Pequenos Estados Insulares com especificidades que lhes são muito próprias e que enfrentam fortes desafios — como é o caso de São Tomé e Príncipe — tudo deve ser feito pelas autoridades no sentido de tirar partido das vantagens comparativas e competitivas que o estudo pode proporcionar ao País. Isso implica um envolvimento multisetorial, numa perspectiva de abordagem transversal e inclusiva, visando potenciar e alavancar os investimentos setoriais e a reduzir o jogo das competições intersectoriais que podem gerar impactos negativos sobre os serviços ecossistémicos em ambientes oceânicos e costeiros, sobre os quais se fundamenta o crescimento azul.

O desenvolvimento nacional sustentável, fundado nos serviços ecossistémicos oceânicos que constituem o epicentro desta estratégia — deve articular-se em torno dos setores-chave e complementares que são o turismo, a exploração dos recursos marinhos vivos, a exploração de recursos minerais e energéticos e a proteção das qualidades ambientais dos ambientes e recursos aquáticos. Estes setores, nos quais se baseia o bem-estar de grande parte da população e a esperança de promoção de novos recursos biotecnológicos, bioquímicos e moleculares, poderão contribuir para o desenvolvimento nacional e para o aumento dos rendimentos das populações, para a melhoria da sua alimentação e para a promoção dos seus meios de subsistência sustentáveis.

Este é um grande e decisivo desafio para o Governo e demais autoridades, que têm demonstrado um compromisso firme e constante na análise das condições para assegurar a operacionalização e a viabilidade da estratégia de transição para a economia azul. O seu empenho levou-o a considerar a importância e urgência de levar a cabo, para o efeito, as reformas e as escolhas estratégicas preconizadas, das quais, em primeiro lugar, uma governação envolvendo os setores da economia azul, libertando todos os setores hoje identificados nos mais variados ministérios setoriais, muitas vezes concorrenciais entre si, e não devidamente coordenados.

Estas reformas, que são reputadas como fundamentais para o desenvolvimento azul do país, contribuirão para a harmonização dos documentos estratégicos já identificados, com implicação direta ou indireta na economia azul. Nesta perspectiva, estão em foco, entre outras prioridades, a supressão da dispersão das legislações, a ausência de coordenação eficaz entre as diferentes administrações do Estado e locais, entre as empresas e os setores concorrenciais, entre as diferentes instituições, permitindo assim a melhoria de uma gestão integrada de apoio à decisão eficaz.

Um engajamento político forte do Governo é esperado, de modo a contribuir de maneira decisiva para a promoção da economia nacional, a criação de riquezas, a criação de empregos, a promoção da segurança alimentar, a luta contra a pobreza e o reforço das cadeias de valor — algumas das quais hoje muito ameaçadas pela perda da biodiversidade — o desaparecimento dos espécies e de ecossistemas frágeis, a poluição dos oceanos, a ocupação anárquica dos espaços litorais e a apropriação dos espaços marítimos.

O êxito desta estratégia presupõe:

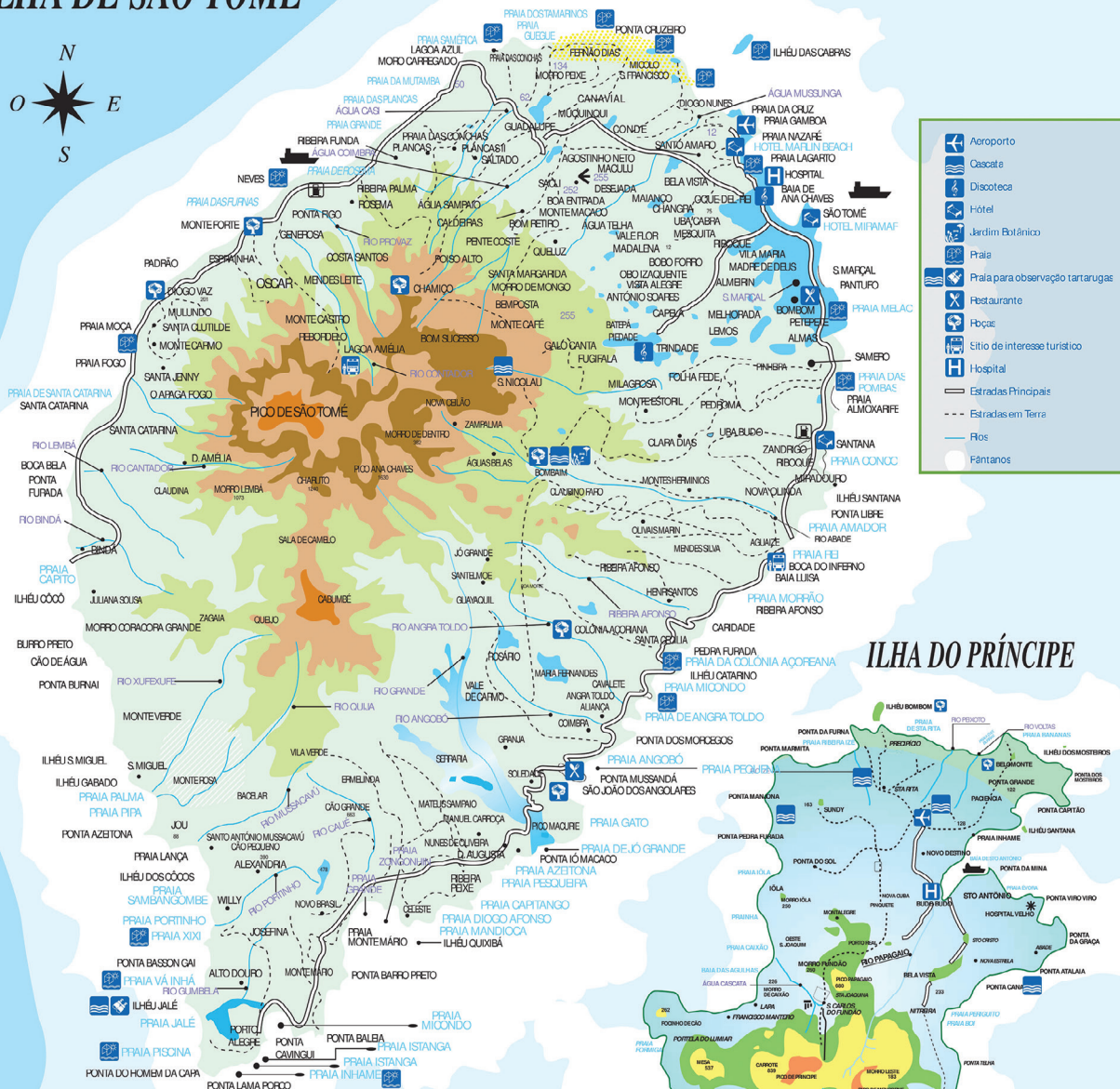
- Uma ampla participação dos atores de todos os setores, a difusão de conhecimentos e a sensibilização permanente, activa, interativa e inclusiva das populações, sociedade civil, operadores e consumidores, em interação com os setores técnicos e económicos do mundo oceânico, todas as franjas e segmentos da sociedade, começando pelos mais jovens.
- A necessidade de se introduzir paulatinamente nos currículos escolares o conhecimento e a educação sobre a economia azul, o clima, o ambiente e a biodiversidade, a fim de aproveitar os consideráveis recursos que o oceano oferece ao país no quadro de uma boa governação e regulamentação dos usos, e a perspectiva de inovações nas cadeias de valor.

Estamos juntos no meio do Oceano que nos rodeia, nos alimenta e abre perspectivas de comunicação e comércio. Esta estratégia permite ver novas potencialidades e oportunidades que multiplicam o nosso património terrestre.

Cada um de nós tem responsabilidades na sensibilização e difusão da importância do desenvolvimento azul para São Tomé e Príncipe, como garantia de um futuro sustentável e resiliente para o País.

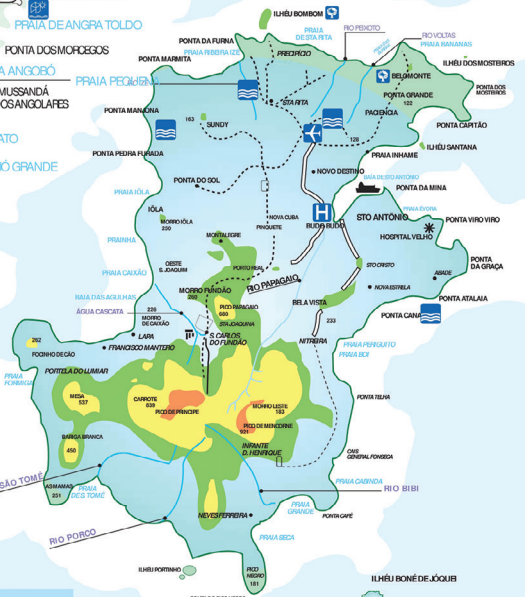
Dr. Osvaldo dos Santos Vaz, *Ministro do Planeamento, Finanças e economia azul*

ILHA DE SÃO TOMÉ



- Aeroporto
- Cascaté
- Discoteca
- Hôtel
- Jardim Botânico
- Praia
- Praia para observação de tartarugas
- Restaurante
- Rêça
- Sítio de interesse turístico
- Hospital
- Estradas Principais
- Estradas em Terra
- Rios
- Fantomas

ILHA DO PRÍNCIPE



- 1 - Delegação Marítima
- 2 - Força Armada
- 3 - Monumento
- 4 - Campo de Futebol
- 5 - Cine Teatro
- 6 - Escola Preparatória
- 7 - Ministério da Educação
- 8 - Banco
- 9 - Oficinas
- 10 - Jardim
- 11 - Escola Primária
- 12 - Mercado
- 13 - Finanças
- 14 - Largo da República
- 15 - Praça da Juventude



- 1 - Alfândega
- 2 - Praça da Juventude
- 3 - Museu Nacional
- 4 - Direção Construção Civil
- 5 - Força Armada
- 6 - Igreja de Bom Despacho
- 7 - Parque Popular
- 8 - Jardim Infantil
- 9 - Instituto
- 10 - Escola P. Viana da Mota
- 11 - Língua Nacional
- 12 - Rádio Nacional
- 13 - Gabinete 1º Ministro
- 14 - Cinema Marcello da Veiga
- 15 - Correios
- 16 - Repartições Públicas
- 17 - Hotel Miramar
- 18 - Estádio 12 de Julho
- 19 - Escola P.ª Maria de Jesus
- 20 - Embaixada de Angola
- 21 - Palácio do Povo
- 22 - Cartório Notariado
- 23 - Igreja da Sé
- 24 - Patronato de N. S. da Conceição
- 25 - Delegação de Saúde
- 26 - Dispensário anti-tuberculoso
- 27 - Banco
- 28 - Praça da Independência
- 29 - Finanças
- 30 - Assembleia Popular
- 31 - Balmatório Público
- 32 - Igreja N. S. Conceição
- 33 - Mercado Feira Grande
- 34 - Bomba de Combustível
- 35 - Escola Preparatória
- 36 - Igreja Adventista
- 37 - Felia de Ponto
- 38 - Praça Yon Gata
- 39 - Hotel Residencial Belle

Fonte: On the World Map [online], July 2021

A economia azul é um novo conceito e uma nova abordagem para a promoção do crescimento das economias marítimas e a valorização dos recursos oceânicos e costeiros, e áreas afins.

A pesca, a aquicultura, o ambiente marinho e costeiro, o turismo e o ecoturismo, o transporte marítimo, a exploração das energias renováveis, a extração de recursos minerais e o desenvolvimento de infraestruturas portuárias formam o conjunto de setores económicos fundamentais para a economia azul. No entanto, esses setores dependem de elevados investimentos que envolvem o Estado ou forçam a sua concentração nas mãos de alguns atores internacionais. Esses custos públicos podem ter um impacto em toda a economia nacional e, portanto, nas capacidades de desenvolvimento das populações, quando os benefícios a seu favor se mostram ainda muito reduzidos em relação aos compromissos dos recursos naturais do país.

Os modelos de crescimento em vigor fazem com que a contribuição desses setores para as economias nacionais geralmente ande de mãos dadas com a pressão sobre os ecossistemas aquáticos e sobre o oceano, em geral. Isso representa ameaças à sua robustez. Entre os quais, se pode citar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), a deterioração do saldo energético e de carbono, como resultado das estratégias de transporte e tipos de infraestruturas escolhidas, da urbanização e da poluição associada a elas e que afetam os ecossistemas costeiros, a pressão antrópica de um turismo sobre os espaços ou as espécies a serem protegidas e sobre os direitos das comunidades dependentes dos recursos haliêuticos.

Tudo isso requer uma forte atenção e escolhas estratégicas numa perspetiva de longo prazo.

Por estas razões, a transição para a economia azul é um objetivo fundamentalmente político que necessita de assunção, apoio e engajamento forte e determinado do Governo, apenas susceptível de reformar a governança das economias setoriais muitas vezes concorrenciais e não coordenadas. É este engajamento político que determinará uma grande parte dos desempenhos da economia azul no país. Estes fazem parte da economia global (contribuição para a criação de riqueza nacional, criação de empregos decentes, segurança alimentar, respeito pelos compromissos internacionais das principais convenções mundiais), mas são também os da proteção das comunidades mais dependentes de recursos haliêuticos, territórios costeiros, recursos básicos como o acesso à água, à energia, às infraestruturas, necessárias ao desenvolvimento de novas práticas e novas cadeias de valor. Eles são medidos em relação aos indicadores de segurança alimentar, incluindo a contribuição dos recursos marinhos para as rações protéicas dos



© Unsplash/Sebastian Pena Lambarrri

malnutridos, dos mais pobres e das crianças, mas também para a produção de rendimentos e de meios de subsistência decentes. É também o desempenho na área de proteção dos ecossistemas que produz serviços globais ecossistémicos (biodiversidade, proteção das espécies e ecossistemas ameaçados). Eles também são medidos pela capacidade do Estado de mobilizar fundos para atuar no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e das questões económicas, ambientais e sociais (reduzir os resíduos de carbono, reduzir os resíduos energéticos, reduzir os resíduos ambientais, aumentar a resiliência e capacidade de adaptação aos riscos climáticos). Mas o compromisso com a economia azul também pressupõe que os mecanismos de transformação dos sistemas de produção e de exploração dos ecossistemas marinhos estejam envolvidos, que os sistemas de produção de conhecimento e de controlo dos potenciais e das modalidades de acesso a esses ecossistemas sejam consolidados, que os incentivos para a mudança do comportamento e da prática para reduzir as perdas nas cadeias de valor, corrigir as fraquezas nas negociações internacionais, reforçar as capacidades para mobilizar os fundos para a economia azul e promover deste modo uma economia nacional sustentável em detrimento de economias de rendas imediatas e de endividamento.

Esses elementos legitimam uma estratégia para a economia azul. As ameaças climáticas tornam ainda mais urgente a consecução deste objetivo. E é neste contexto que as estratégias que sustentam economias marítimas precisam de ser repensadas, visando a construção de uma economia azul, através de uma transição acompanhada, apoiada por incentivos e possibilitada pela capacitação das comunidades e dos atores económicos, permitindo-lhes propor um desenvolvimento baseado na adaptação das suas práticas e mudanças radicais de comportamento.

Desenvolver um quadro estratégico específico, coerente e participativo, envolvendo os setores público e privado, constitui o primeiro passo no processo de transição, a que estão associados ajustes institucionais, novas ferramentas de monitorização, avaliação, comunicação e divulgação mais incisivas e que colocam



em perspectiva novos modelos de investimentos. Os desafios estão ligados à criação de novos empregos, ao crescimento sustentável, à garantia da segurança alimentar, a uma melhor saúde ambiental e a um desenvolvimento social mais inclusivo e equitativo, à monitorização de ameaças e riscos climáticos que enfraquecem a resiliência e que reforçam a pertinência da adoção da nova abordagem.

A relação económica das sociedades com o oceano tem evoluído. A principal via para o comércio mundial, fonte essencial de abastecimento alimentar e fonte de energia, o Oceano tende a tornar-se, hoje, numa força económica. Os motores dessa evolução são muitos e variados e têm a sua origem na nossa familiaridade crescente com o ambiente oceânico assente no desenvolvimento do conhecimento. As novas tecnologias aumentam as perspectivas de exploração sustentável dos recursos oceânicos subjacentes a um crescimento demográfico acentuado que estimula os esforços de produzir.

Esta nova perspectiva está associada ao possível desenvolvimento de uma economia azul ela própria ligada a um crescimento azul. Estes conceitos têm a sua origem nas preocupações ambientais mais amplas em articulação com uma tomada de consciência crescente dos danos consideráveis causados aos ecossistemas oceânicos pela atividade humana, tais como a sobrepesca, a destruição dos habitats, a poluição e o impacto das mudanças climáticas. Pôr termo aos processos de exploração dos oceanos tais como existem atualmente, na maior parte dos países, o fim programado de um crescimento dessas dinâmicas, as alterações nos oceanos induzidas por atividades humanas, tudo isso se reflete nos níveis mais elevados de formulação de políticas globais. Surge uma consciência global – subjacente aos apoios de instituições internacionais. Ainda é tempo de agir. Os impactos nos Oceanos podem desacelerar, até mesmo inverter-se, mas o certo é que, prosseguir como vem sendo hábito, sem mudanças, não é certamente uma opção viável.

Cada país deve questionar-se sobre os desafios da economia azul no seu próprio contexto económico. Quais são as oportunidades de investimento? Quais são as vias de transição mais viáveis, mais eficientes para a economia, eficazes para o ambiente, e dotadas de condições sociais mais favoráveis ao seu desenvolvimento? Quais são os processos de investimento inovadores, as novas tecnologias, as cadeias de valor ou modelos comerciais propícios à restauração e à proteção dos oceanos?







Os oceanos, mares e rios constituem uma fonte considerável de riqueza, por gerarem recursos financeiros em bens e serviços bem como criarem também empregos incalculáveis. São Tomé e Príncipe, enquanto arquipélago e à semelhança de outros estados similares, enfrenta desafios específicos ao seu desenvolvimento sustentável, devido à sua pequenez, quer seja ao nível territorial como populacional, recursos limitados, vulnerabilidade a choques naturais e inerentes à sua forte dependência do exterior. O seu crescimento e desenvolvimento é muitas vezes prejudicado pelos custos elevados de transporte e comunicação, administração pública e infraestruturas dispendiosas, devido ao seu pequeno tamanho e pouca ou mesmo nenhuma oportunidade para fomentar economias de escala (FAO, 2014).

Para fazer face ao atual quadro da pobreza e proporcionar um desenvolvimento sustentável, São Tomé e Príncipe precisa de se despertar, aproveitando a dinâmica mundial, no sentido de o mais rapidamente possível, criar as condições que o possibilite de tirar partido do potencial disponível ao nível dos recursos aquáticos e das áreas costeiras que os delimitam, para melhorar as condições de vida das suas populações, mas sem destruir/perturbar os ecossistemas, isto é, promovendo o crescimento azul. A determinação do conceito de economia azul procura responder a esta questão, promovendo o crescimento económico, a inclusão social e a preservação ou melhoria dos meios de subsistência e assegurar em simultâneo a sustentabilidade ambiental.

A Meta 14 dos ODS da ONU focaliza que, com base no aproveitamento sustentável dos recursos marinhos, através de uma gestão sustentável da pesca, aquacultura e turismo, os benefícios para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento serão necessariamente melhores.

A visão do XVII Governo (Programa do XVII Governo, 2019) é de que o novo modelo de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe deve basear-se em prestação de serviços, onde os serviços turísticos acrescidos dos recursos vindos do setor primário, mormente da agricultura, pecuária, pesca e outros recursos marítimos, afiguram-se como potenciais galvanizadores do processo de transformação e de criação de valor, como alavanca para o relançamento do crescimento económico robusto gerador de postos de emprego no sentido de resgatar e devolver dignidade e o bem-estar a todos os santomenses, é a justificação inequívoca do engajamento do Governo na busca de parceiros para o apoiar na implementação de políticas conducentes a mudar de paradigma, em termos de tirar o melhor proveito dos espaços aquáticos e marinhos que rodeia o País, mas sem prejuízos para os ecossistemas, isto é, deve prevalecer o respeito pelos três pilares da economia azul: sustentabilidade ambiental, económica e social.

É neste contexto que o Governo — no sentido de o apoiar na elaboração de um documento estratégico para a economia azul, com vista a mobilizar os doadores para a sua implementação e promover o crescimento azul em São Tomé e Príncipe, recorreu à FAO, parceiro de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, que tem apoiado os países no processo de operacionalização das suas estratégias de desenvolvimento sustentável desde a Conferência do Rio em 1992. Mais recentemente, as suas intervenções ambientais contribuíram para realização dos 17 ODS adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015, a implementação da estratégia global da Agenda 2063 adotada pela União Africana em 2014, bem como a implementação de medidas tomadas durante o acordo COP21 sobre as mudanças climáticas e refletidas no acordo assinado pelas partes em Paris em dezembro de 2015.

1.1. Objetivos

Face ao cenário apresentado no ponto precedente, torna-se necessário a promoção do crescimento azul em São Tomé e Príncipe, em que tirando o máximo de proveito das oportunidades presentes e futuras dos recursos aquáticos e as suas respetivas costas, resulte em mais crescimento, mais emprego e mais respeito pelos ecossistemas. Esta necessidade concreta, manifestada no Programa do Governo da atual legislatura e em alguns documentos mais recentes, atrai a necessidade de elaboração de uma estratégia de economia azul, em que visa dotar São Tomé e Príncipe de um instrumento, que aborda as oportunidades e desafios bem como os objetivos e as áreas prioritárias de intervenção e medidas conducentes ao crescimento azul. A estratégia que inclui também mecanismos de seguimento e avaliação, tem por objectivo, por um lado, pôr à disposição das autoridades santomenses um instrumento que aponte caminhos, com vista à tomada de decisões sobre os desafios conducentes ao desenvolvimento da economia azul, na implementação das reformas necessárias e na definição de prioridades. Por outro, sensibilizar

os decisores sobre o conceito da economia azul e os benefícios implícitos para a adoção de um modelo de crescimento inclusivo e transformacional.

1.2. Conceito de economia azul

Enquanto ainda não se encontrou uma definição de economia azul universalmente aceite, a inserção de São Tomé e Príncipe no contexto do continente africano, leva-nos a considerar o conceito da economia azul como o expresso no Guia de Políticas para a economia azul de África, apresentado pela Comissão Económica para África das Nações Unidas, em que descreve o seguinte: “Economia azul abrange os espaços aquáticos e marinhos, incluindo oceanos, mares, costas, lagos, rios e águas subterrâneas, e compreende uma série de setores produtivos, como a pesca, a aquacultura, o turismo, transporte marítimo, construção naval, energia renovável, bioprospeção, mineração submarina e atividades relacionadas”. (Tabela 1).

Tabela 1: Principais serviços e setores do ecossistema da economia azul

Serviços do Ecossistema	Setores da economia azul
Apanha de recursos aquáticos vivos (frutos do mar, planta de organismos marinhos e produtos de biotecnologia marinhos)	<ul style="list-style-type: none"> ■ Pesca (zonas interiores, costeiras e mares profundos) ■ Aquacultura, Maricultura ■ Produtos farmacêuticos, químicos, cosméticos e pesquisa genética
Extração de recursos inanimados e geração de novos recursos energéticos	<ul style="list-style-type: none"> ■ Em alto mar e mineração dos fundos marinhos, gás e petróleo ■ Energia renovável ■ Colheita de sal marinho ■ Mineração costeira, cascalho e outros materiais de construção
Comércio externo e comércio interno e em torno dos rios e oceanos	<ul style="list-style-type: none"> ■ Serviços de transportes marítimos e fluviais ■ Infraestrutura portuária ■ Construção e reparação naval ■ Turismo e lazer
Proteção	<ul style="list-style-type: none"> ■ Proteção costeira ■ Proteção do ecossistema marinho ■ Proteção de recursos aquáticos
Valores culturais e religiosos	<ul style="list-style-type: none"> ■ Práticas culturais e religiosas
Conhecimento e informação	<ul style="list-style-type: none"> ■ Pesquisas biofísicas, socioeconómica e política

Fonte: UNECA. *Africa's Blue Economy: A policy handbook*. 2016





2.

Contexto

estratégico do crescimento azul

2.1. Geodemográfico, socioeconómico e ambiental

A República Democrática de São Tomé e Príncipe, o menor estado insular independente da África desde 1975, depois das Seychelles, com uma área total de 1 001 quilómetros quadrados, está localizada na zona equatorial do Golfo da Guiné, com uma zona económica exclusiva de 160 000 quilómetros quadrados, e dista cerca de 300 quilómetros do continente africano, especialmente do Gabão a leste, Guiné Equatorial e Camarões ao nordeste e Nigéria ao norte. O país é composto por duas principais ilhas, São Tomé, com 859 quilómetros quadrados, e Príncipe, com 142 quilómetros quadrados, e distam 150 quilómetros uma da outra, bem como os ilhéus das Rolas, onde passa a linha do equador, as Cabras, as Sete Pedras (todos estes três estão mais próximos da ilha de São Tomé) e ilhéus mais pequenos da ilha do Príncipe: Bom Bom, Boné Jockey, Cabo, Pedras Tinhosas e Jalé.

O último censo geral da população e habitação (RGHP), realizado em 2012, revelou que São Tomé e Príncipe tinha 178 739 habitantes e uma taxa de crescimento de 2,45%, em comparação com os 137 599 habitantes do RGPH observados em 2001, em que a taxa de crescimento foi de 1,59%. A densidade populacional na ordem de 179 habitantes por quilómetro quadrado é considerada alta em comparação com a média da África Subsaariana, onde o número era de aproximadamente 36 habitantes por quilómetro quadrado. No entanto, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, a população estimada para 2017 é de 197 700 (97 988 homens e 99 712 mulheres), com base numa taxa de crescimento anual de 2%. Assim, a densidade populacional é de cerca de 197 habitantes por quilómetro quadrado. A mesma fonte (RGPH-2012) também indica que a expectativa de vida é de 64,7 anos, 88,8% da taxa de alfabetização, a taxa de desemprego de 13,6% e 9,3% para homens e 19,7% para mulheres. São Tomé e Príncipe é caracterizada por uma

população predominantemente jovem, da qual cerca de 52% tem menos de 20 anos e cerca de 4% tem mais de 65 anos com uma mediana ou quase de 19 anos de idade.

São Tomé e Príncipe, enquanto micro Estado insular, enfrenta muitos desafios de desenvolvimento que são exclusivos às ilhas e aos pequenos países, o que afeta grandemente a materialização de políticas públicas. É caracterizado por: a) fraca capacidade governança; b) incapacidade de fornecer serviços básicos à população; c) falta de infraestruturas adequadas (eletricidade, estradas, portos, aeroportos), proporcionando custos unitários elevados de produção e distribuição de bens e serviços, incluindo produtos alimentares, em que uma grande parte é importada, não obstante o país possuir condições naturais favoráveis para agro-pecuária; d) estrutura de negócios quase inexistente; e, e) economia pouco diversificada e forte dependência do exterior, tornando o país vulnerável a choques externos, agravando o nível de pobreza que se situa em 66,2% da população.

A estrutura económica de São Tomé e Príncipe passou por transformações significativas ao longo dos últimos quarenta anos, de uma grande parte agrária para uma economia de serviços, com esta última a representar atualmente cerca de 70% e aquela cerca 11%, quando o setor de serviços representava há quatro décadas apenas cerca de 10% e o da agricultura 80%.

As estatísticas das últimas décadas sobre a economia de São Tomé e Príncipe, continuam a evidenciar fragilidades macroeconómicas, nomeadamente o lento crescimento do PIB per capita, as dificuldades em controlar a inflação, os desequilíbrios orçamentais e da balança de pagamentos, etc. Neste contexto, a economia de São Tomé e Príncipe, fortemente dependente do mundo exterior para o seu desenvolvimento, tanto em termos de ajuda para ambas as remessas, sofreu com o impacto da crise económica e financeira iniciado em 2008, cuja recuperação tem sido muito lenta, o que afeta a perceção dos fatores determinantes da receita pública interna para o financiamento do seu desenvolvimento.

Tabela 2: Principais indicadores económicos

Principais indicadores macroeconómicos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Prov 2017
PIB (Milhão de USD)	246,5	259,7	302,6	338,0	318,2	340,4	379,4	422,5
PIB real (t.v. anual em %)	4,9	4,5	4,5	4,0	4,0	4,0	3,9	2,7
Inflação (t.v. homólogo em %)	11,9	10,4	7,1	6,4	4,0	5,1	7,7	9,0
Conta Corrente (% do PIB)	-45,7	-39,4	-27,7	-33,6	-27,1	-17,5	-20,7	-19,4
Balança comercial (% do PIB)	-45,2	-41,5	-38,4	-38,9	-34,1	-31,0	-28,8	-28,5
Saldo orç. (Base compr. % do PIB)	-11,2	-15,4	-2,0	-4,2	-6,3	-4,2	-2,7	-1,9
Saldo orç. primário (% PIB)	-3,1	-3,2	-2,6	-2,8	-3,0	-3,1	-2,4	-4,1
Dívida total (% PIB)	76,8	84,5	75,5	70,3	88,7	91,2	82,6	94,7

Fonte: MPFEA, BCSTP, INE, FMI

A execução do Programa de Ajustamento Económico, acordado com o FMI, ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargada (FCA), que vinha conhecendo um bom desempenho, com tendência de diminuição do défice fiscal primário (principal indicador da política orçamental), para níveis abaixo de 3% do PIB, a situação tendeu a se deteriorar nos últimos anos, devido nomeadamente à dificuldade em assegurar o cumprimento das metas de arrecadação tributária acordadas e inscritas nos orçamentos. Por exemplo, a meta do défice, em 2018, era de 1,0% do PIB, mas o seu valor efetivo cifrou-se em 2,2% do PIB.

A tendência para a redução dos principais desequilíbrios ao nível da balança de pagamentos, desde 2011 – em particular, os défices da conta corrente e de capital, para níveis inferiores a 20% e 10% do PIB, respetivamente, terá ficado essencialmente a dever-se ao melhor desempenho das exportações nos anos mais recentes – nomeadamente de serviços e sobretudo ligadas à atividade turística – a par da virtual estagnação das importações – decorrente do desempenho moderado da economia e da diminuição em valor das importações de combustíveis.

O relatório Doing Business 2019 do Banco Mundial indica que São Tomé e Príncipe está na 170 posição de entre 190 países, resultado de algumas melhorias efetuadas ao longo dos últimos anos. Mas, os desempenhos não tiveram o efeito positivo esperado, uma vez que é visível que

um alto nível de pobreza afeta cerca de dois terços da população.

No que concerne ao desemprego, o nível é considerado elevado (14,5% em 2015), particularmente entre os jovens, cuja taxa pode atingir 50%. E em termos de equidade de género e na zona urbana onde concentra a maioria da população, os homens desempregados representam 37,5% contra 62,5% das mulheres, cuja maioria está empregada no setor terciário.

A questão ambiental tem constituído preocupação dos sucessivos Governos desde os primeiros anos da independência, em 1975 até à presente data. São Tomé e Príncipe possui uma flora e fauna bastante rica e ocupa um lugar de destaque ao nível da sub-região, no que concerne ao número de espécies de fauna e flora endémicas.

Todavia, a vulnerabilidade às mudanças climáticas, a diminuição das chuvas e a consequente diminuição dos caudais dos rios, a erosão costeira e as inundações, perda da biodiversidade; poluição dos rios, ribeiras e nascentes por produtos químicos; aumento da erosão costeira; expansão desordenada das áreas urbanas; desflorestação e degradação florestal; utilização de áreas com potencial agrícola para outros fins, e a consequente degradação dos solos fazem parte de um conjunto de questões que preocupam as autoridades de São Tomé e Príncipe. Os pequenos Estados insulares são os que menos contribuem para o aquecimento global, são os que, entretanto, mais sofrem com os efeitos deste fenómeno, correndo o risco de tornarem inabitáveis.

O aquecimento global que tem originado o fenómeno das mudanças climáticas, tem acelerado a vulnerabilidade do país aos fenómenos naturais, que podem pôr em perigo a vida da população e das suas infraestruturas sociais, económicas e de desenvolvimento em geral. A subida de nível do mar já é uma realidade no país e alguns fenómenos naturais já põem em perigo as comunidades que residem nas zonas costeiras, tendo já registado a destruição das habitações, inundações de algumas comunidades, originado pela intensa pluviosidade e pela turbulência das águas do mar, tendo sido destruídos vários materiais de trabalho dos pescadores, incluindo as suas embarcações. As agressões ao ambiente ainda continuam a se verificar em algumas partes do país. Anualmente, produzem-se toneladas de resíduos, cujos valores rondam as 22 000 toneladas, com tendência de aumentar cada ano. No que se refere ao dióxido de carbono, regista-se um aumento das emissões de CO2 provenientes dos setores da indústria energética maior contribuinte com cerca de 48%, seguida dos transportes com 43% e por último, residencial com apenas 9%.

2.1. Políticas e estratégias nacionais a favor da economia azul

Ao longo dos anos e sem se referir diretamente ao moderno conceito de economia azul, os documentos estratégicos de desenvolvimento — sejam eles nacionais, regionais, locais ou setoriais — levados a cabo pelos diversos governos e em diferentes legislaturas, tiveram sempre em conta as políticas inerentes às reformas institucionais, económicas e sociais, em que incorporam as vertentes de governação, crescimento económico, de infraestruturização, ambiente e redução da pobreza, como forma de superar os constrangimentos impeditivos ao progresso São Tomé e Príncipe.

Os documentos estratégicos com carisma transversal adotados e a destacar neste quadro, para além dos que resultam do imperativo constitucional apresentados pelos Governos da República no

âmbito das suas funções, como o Programa do Governo e as Grandes Opções do Plano, são:

- A Terceira Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP III) 2017-2021, e de signa da atualmente de Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2017-2021. A ENRP III, ancorada na Visão 2030 (o País que queremos), procura transformar o país num centro de prestação de serviços (turísticos, marítimos, financeiros) a nível do Golfo da Guiné, através do desenvolvimento de infraestruturas adequadas.

Outros documentos estratégicos produzidos e adotados, com a implicação direta e/ou indireta na economia azul, a referir, são:

- Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Biodiversidade 2015-2020 (ENPAB);
- Estratégia Nacional e Plano Nacional de Ação para Adaptação às Mudanças Climáticas;
- Estratégia Participativa para a Água e Saneamento de São Tomé e Príncipe para 2030;
- Estratégia de Segurança Marítima, aprovada pelo Decreto-Lei nº 2/018;
- Agenda de Transformação no Horizonte 2030;
- Estratégia Nacional e Plano de Ação – Ecossistemas costeiros e marinhos, 2005;
- Estratégia Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas;
- Plano multisetorial de investimentos para integrar a resiliência às alterações climáticas e aos riscos de desastres na gestão da zona costeira de São Tomé e Príncipe, 2012;
- Plano de Ação Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas (PNAMC), 2006;
- Plano de Ação Nacional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável (PNADD);
- Comunicações Nacionais sobre as Mudanças Climáticas;
- Contribuição Nacional Determinada (NDC);
- Plano de Desenvolvimento Sustentável 2030 para a Região Autónoma de Príncipe;

- Quadro para o Desenvolvimento Urbano Sustentável da Ilha de Príncipe;
- Carta Atualizada de Política Agrícola, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;
- Plano Director das Pescas, 2006;
- Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo, 2018;
- Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de São Tomé e Príncipe, 2018;
- Plano Diretor de Turismo, 2008;
- Plano de Implementação de Gestão Integrada de Recursos Hídricos, 2017-2020;
- Plano de Desenvolvimento de Menor Custo de Energia para São Tomé e Príncipe, 2018.

É importante realçar que os processos de tomada de decisão que apoiam a economia azul, operam articuladamente entre os três níveis de cooperação (nacional, regional e internacional). Daí que os documentos estratégicos nacionais estão também interligados aos documentos estratégicos de carácter regional ou global, cuja importância referimos a seguir.

Gráfico 1: Estratégias regionais ou globais

AGENDA 2063 A África que queremos	Aprovado em 2014 pela União Africana, evidencia que a "Economia azul de África", considerada como "o Futuro da África", é três vezes maior do que a sua massa de terra. Será um dos principais contribuintes para a transformação e crescimento continentais, permitindo o avanço do conhecimento sobre a biotecnologia marinha e aquática, o crescimento de uma indústria marítima em toda a África, o desenvolvimento dos transportes e pescas marítimos, fluviais e lacustres; e a exploração e exploração de minerais, bem como outros recursos ainda não explorados.
HORIZONTE 2050 Estratégia africana integrada para os mares e oceanos	Aprovada pela União Africana em 2014 – Instrumento para enfrentar os desafios marítimos de África em termos de desenvolvimento sustentável e competitividade. O objetivo é promover a criação de mais riqueza através dos mares, oceanos e águas interiores de África, construindo uma economia marítima próspera e aproveitando ao máximo o potencial das atividades marítimas para preservar de forma sustentável o mar e o meio ambiente.
ONU 2030 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	Aprovados em 2015 por 193 países, incluindo STP. Entre os 17 objetivos, o objetivo 14, relacionado com os ecossistemas marinhos, e envolve: reduzir drasticamente a poluição marinha de todos os tipos, incluindo a resultante de atividades terrestres (lixo marinho ...), reduzir a poluição por nutrientes; e administrar e proteger de forma sustentável os ecossistemas marinhos e costeiros, fortalecendo a sua resiliência e restaurar oceanos seguros e produtivos.

Tabela 3: Projetos de investimentos concluídos (2009-2018), não inclui os em curso

Setor	Valor em milhões Euros	Valor em milhões Dobras
Pesca	16,0	392,0
Turismo	0,6	15,0
Ambiente (mudanças climáticas, zonas costeiras, biodiversidade)	58,0	1 421,0
Água	30,0	740,0
Ordenamento do território	0,9	22,0
TOTAL	104,6	2 590,0

Tabela 4: Projetos de investimentos em curso

Setor	Valor em milhões Euros	Valor em milhões Dobras
Pesca	3,4	84,0
Ambiente (mudanças climáticas, zonas costeiras, biodiversidade)	16,0	386,0
Energia renovável	54,0	1 334,0
Água	18,0	448,0
Ordenamento do território	1,8	43,0
TOTAL	93,2,6	2 295,0

Em termos de projetos em carteira e em curso, com a previsão de término nos próximos cinco anos, a tabela acima aponta para um total de cerca de 2,3 mil milhões de Dobras (cerca de 93 milhões de Euros), com a inclusão de água e saneamento, abastecimento de água potável e ordenamento do território).

2.2. Quadro institucional (nacional e internacional)

Com o novo conceito de economia azul e a preocupação com a viabilidade do planeta tendo em conta os recursos disponíveis para a própria sobrevivência da Humanidade, São Tomé e Príncipe também se posicionou para abraçar a economia azul, como muitos países do mundo, criando para o efeito um setor governamental específico responsável pela coordenação de todos os outros setores que lidam com matérias relacionadas com a economia azul. O que significa que a transversalidade da economia azul, no contexto nacional, envolve direta ou indiretamente todos os setores governamentais, com particular destaque para os indicados no gráfico à direita.

a) Ministério do Planeamento, Finanças e economia azul

As autoridades políticas são-tomenses, ao reconhecerem neste contexto a importância dos rios, mar e das suas costas como potenciais motores do crescimento económico, bem como a necessidade do envolvimento dos parceiros para que o processo de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe assente na economia azul seja mais célere, consideraram consensualmente que a responsabilidade pela coordenação política do setor da economia azul, a nível governamental, fosse associada ao setor que tem a responsabilidade política pelo pelouro de finanças. É nesse contexto que a coordenação política da área da Economia Azul está associada ao pelouro das finanças. Assim sendo, o Ministério responsável pela economia azul é denominado de Ministério do Planeamento, Finanças e economia azul.

Neste sentido, através do Despacho nº 87/2017, de 13/12, foi criada a Unidade de Inteligência

Gráfico 2: Transversalidade da economia azul



Estratégica para economia azul, tutelada por esse Ministério, cuja missão é de coordenar, seguir e avaliar políticas dirigidas à economia azul (Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, Ministério da Defesa e Ordem Interna, Ministério do Turismo, Comércio e Cultura, Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente, Ministério da Saúde, Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente).

b) Organização sociedade civil

Organizações não governamentais que desenvolvem atividades inerentes à economia azul

c) A cooperação internacional (a nível regional e global), com destaque para ADC, ICCAT, COREP, COMHAFAT, COPACE.¹

¹ A Autoridade de Desenvolvimento Conjunto (ADC), Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT ou ICCAT), Comissão Regional das Pescas do Golfo da Guiné (COREP), Conferência Ministerial sobre Cooperação no Domínio das Pescas entre os Estados Africanos Fronteiriços do Oceano Atlântico (COMHAFAT), Comité das Pescas do Atlântico Centro-Este (COPACE).

2.3. Sistema de Governação

Como já abordado no contexto ambiental acima referido, são múltiplas as causas que ameaçam o ecossistema marinho, em particular, e aquático, em geral, em São Tomé e Príncipe. Essas causas são consequências do desenvolvimento da própria atividade económica ligada à pesca, navegação comercial, ao turismo, com poluição de resíduos sólidos, entre outros. A fim de combater essas ameaças, o Governo embora tenha tomado algumas medidas para melhorar a governação nesse sentido, há ainda um longo percurso a fazer, tendo em conta a dispersão das legislações e o isolamento e falta de coordenação entre as instituições que se vem observando, conforme já referido anteriormente no ambiente jurídico-institucional.

A governação do sistema aquático relaciona-se com a necessidade de edificação de um sistema político, administrativo, económico e social, capaz de desenvolver, gerir e proteger o ambiente aquático, atividades aquáticas e costeiras relacionadas. A governação do sistema aquático requer novas abordagens para criar novas políticas, melhorar ou corrigir as políticas existentes no quadro de um sistema de negociações entre as instituições governamentais, aos níveis internacional, regional, nacional e local. Todos os atores (governamentais, económicos e sociedade civil deverão fazer parte das negociações para regular atividades aquáticas, em que se incluem também as atividades costeiras.

Em conclusão, a gestão integrada constitui uma ferramenta essencial de apoio à decisão para identificar e atuar sobre os objetivos e prioridades rumo à boa gestão dos recursos aquáticos.

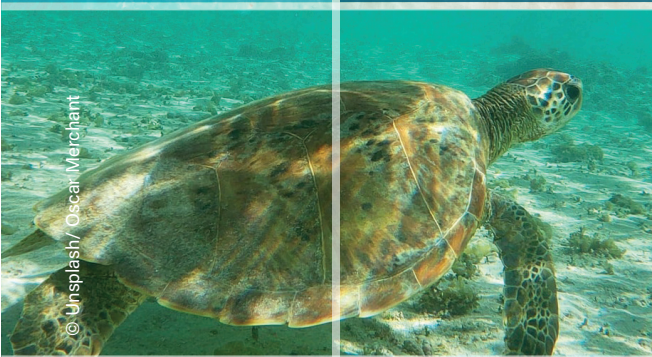


© FAO/Lionel Kinadjian



3.

Setores de crescimento azul



3.1. Pesca e Aquacultura

O vasto espaço territorial marítimo de aproximadamente 160 vezes superior ao espaço físico (este tem apenas 1 001 quilómetros quadrados e sem lagos ou rios, capaz de permitir o desenvolvimento da pesca profissional), faz da pesca marítima a mais importante em São Tomé e Príncipe, uma vez que a pesca interior é praticamente inexistente.

A pesca constitui a principal fonte de rendimento das comunidades costeiras de São Tomé e Príncipe. Ela contribui com cerca de 85% de proteína animal a nível nacional. A pesca é considerada a segunda actividade de exportação a seguir ao cacau, através de acordos contratuais de acesso a exploração desse recurso, contribuindo de forma significativa para o Orçamento Geral do Estado.

Informações provenientes das Direções das Pescas e do Planeamento do Ministério das Finanças, indicam que entre 2009 e 2018, o setor das pescas beneficiou de investimentos em torno dos 168 milhões de Dobras, cerca de 7 milhões de Euros, ou seja, uma média anual de aproximadamente 18 milhões de Dobras (aproximadamente 800 mil Euros). Não obstante estes investimentos, o não cumprimento dos sucessivos programas do setor tem comprometido o desenvolvimento do setor, proporcionando que o setor contribua em média com pouco menos de 6% para o PIB quando existem capacidades para mais.

Tabela 5: Potencial Haliêutico em toneladas por ano

Ilha	Pelágicos	Demersais	Total
São Tomé	1 500	1 500	3 000
Príncipe	7 000	2 000	9 000
TOTAL	8 500	3 500	12 000

Fonte: Direção das Pescas (ORSTOM e ex-URSS 1982)

Este défice resulta das ainda fracas capacidades humanas e institucionais existentes, tornando-se imprescindível reforçá-las.

Contudo, a produtividade das águas de São Tomé e Príncipe é limitada pela pequena plataforma continental (1 459 quilómetros quadrados) e pela escassez de plâncton (fito e zoológico, FAO, 1998). Dois terços da plataforma continental (1 023 quilómetros quadrados) rodeiam a pequena ilha do Príncipe, onde a captura da pesca é comparativamente mais produtiva.

Os estudos de 1980 apontam para um potencial de biomassa pesqueira de 12 000 toneladas por ano (9 000 toneladas ao redor do Príncipe e 3 000 ao redor de São Tomé), com 8 500 toneladas de espécies pelágicas e 3 500 toneladas de espécies demersais (l'ORSTOM e ex-URSS 1982). Crustáceos e cefalópodes são capturados marginalmente ao longo da costa. Algumas pequenas quantidades de camarão branco e caranguejo também foram registadas. A biomassa existente na ZEE, fora da plataforma continental, é portanto inacessível, e pouco conhecida.

Existem também altas concentrações de cefalópodes (lulas) a sudeste de São Tomé. A sua biomassa poderia estar entre 60 000 e 100 000 toneladas na época de reprodução (DIPA, 1998).

Outros estudos indicam um potencial marítimo de 17 000 toneladas de atum (ICCAT 1998).

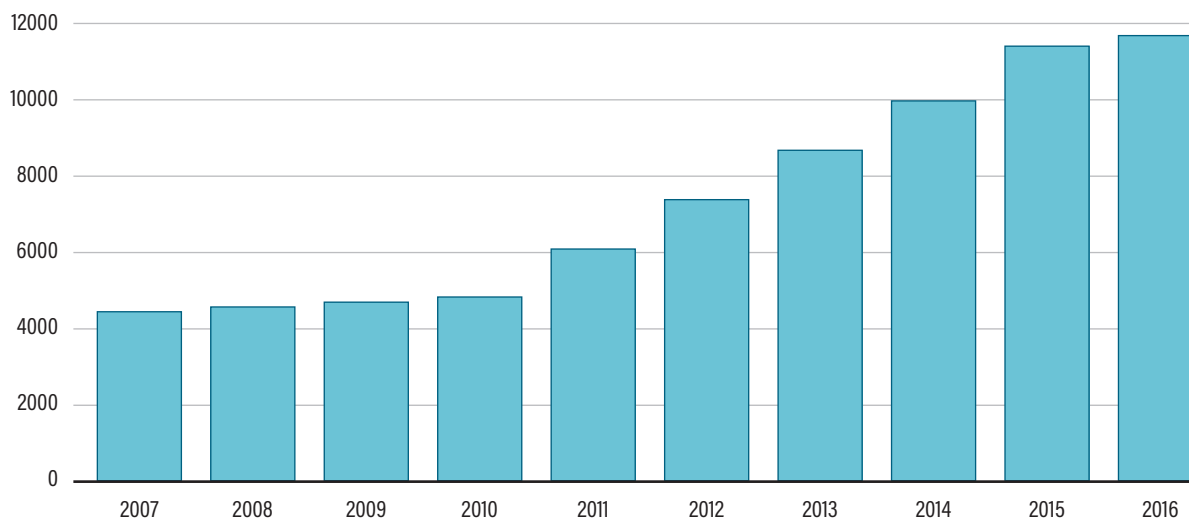
Tabela 6: Potencial Haliêutico por categoria de recursos

Grupos de recursos	Potencial em toneladas/Ano
Grandes Pelágicos/Atuns	17 000
Pelágicos costeiros	4 000
Espécies Demersais	2 000
Mariscos	6 000
TOTAL	29 000

Fonte: Direção das Pescas (ORSTOM-SGTE, e barcos Oceanográficos Soviéticos 1982-1986)

A produção da pesca marítima em 2016 foi estimada numa média de 11 688 toneladas (gráfico abaixo), contra por exemplo, cerca de 4 830 toneladas registadas em 2010. Mas, o aumento na procura de peixe motivou as autoridades nacionais a começar a pensar sobre o significado de criar as condições para o desenvolvimento da aquacultura (ver o Plano Director das Pescas 2006/2020, o relatório sobre a situação e a avaliação do potencial da aquacultura (Gabriel de Labra, ACP FishII, 2013, etc.).

Gráfico 3: Evolução da produção de pesca artesanal e semi-industrial (toneladas por ano)



Segundo informações da Direção das Pescas, havia em 2019 um total de 4 155 pescadores, mais cerca de 40% do que apresentado no relatório de 2014 (2 991 pescadores). Este relatório também apresentou 2 354 mulheres vendedoras (palaiês) que vendem peixe fresco ou processado em todo o país. Ao admitirmos que no intervalo entre estes dois relatórios, o número das palaiês também aumentasse em 40%, teríamos em 2019 cerca de 3 296 palaiês. Assim, o total de pescadores e palaiês directamente envolvidos nas atividades de pesca artesanal semi-industrial, representaria aproximadamente 3,7% da população nacional, produzindo 85% da proteína animal do país (PNIASAN, 2016).

De forma esquemática, pode-se distinguir três categorias de pescadores artesanais. A primeira compreende os que fazem parte de importantes comunidades homogêneas onde a população activa obtém quase todos os seus rendimentos, em género e em dinheiro, da pesca e das actividades derivadas. A segunda categoria é composta por aqueles que pescam porque não têm outras possibilidades de ganhar a vida. A terceira compreende as populações

rurais e as das zonas costeiras, que têm a pesca como uma actividade complementar às tarefas agrícolas e outras.

A constância nessas três categorias é que evolui numa estreita orla costeira onde os recursos são, à partida, plenamente explorados. Os seus rendimentos estão, portanto, em constante deterioração. Sendo que para os pescadores idosos sem actividades alternativas a sua situação social revela-se alarmante.

Os pescadores artesanais utilizam embarcações (3 a 4 metros) de um a dois lugares, de madeira monóxila, remo e à vela. Os com melhores condições financeiras utilizam unidades de pranchas de madeira ou de fibras de vidro de 3 a 6 lugares (5 a 10 metros) motorizadas. De acordo ainda com o relatório da Direção de Pescas de 2019, existem 2 227 embarcações, das quais 515 motorizadas e 1 712 não motorizadas.

A pesca industrial é efectuada actualmente por barcos estrangeiros que operam na zona económica exclusiva no quadro de protocolos assinados com o

Governo ou na base de solicitação de autorização isolada de diversas categorias de licenças de pesca.

Atualmente, o país não dispõe de meios adequados para o controlo e fiscalização da sua ZEE de forma a prevenir a luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.

A posição insular do país e as ligações limitadas com os países vizinhos não são favoráveis, porque restringem as suas trocas ordinárias com esses países no quadro dos espaços sub-regionais. O aumento das capturas no contexto económico actual deverá, portanto, seguir uma abertura comercial mais nítida com esses mesmos países para garantir um mercado sub-regional para absorver as capturas locais não exportáveis fora da sub-região.

3.1.1. Aquacultura

Aquicultura, considerada como complemento à pesca marítima na contribuição para a segurança alimentar e nutricional e para o abastecimento de peixe no mercado, e embora a sua prática em São Tomé e Príncipe continue a ser inexistente, segundo a Direção das Pescas, algumas competências já estão a ser atribuídas para o seu desenvolvimento, nomeadamente:

- Avaliar os estudos de viabilidade de aquicultura extensiva a nível artesanal (recursos hídricos, condições e impactos ambientais, espécies adequadas, alimentos e materiais disponíveis, tecnologias apropriadas);
- Avaliar o estado da situação, identificar áreas e avaliar o potencial da aquicultura em São Tomé e Príncipe;
- Recrutar e formar funcionários para atividades de divulgação e apoio;
- Elaborar um plano de desenvolvimento e criar centros de apoio à aquicultura e extensão (apoio técnico, quadro legislativo, criação de alevinos, formação, microfinanciamento, monitoria/prevenção de doenças), de acordo com o estatuto orgânico da Direção das Pescas.

A estrutura orgânica da Direção das Pescas inclui um departamento que lida com assuntos



relacionados com a aquicultura, chamado Departamento de Investigação, Estatística e Aquicultura (DIEA). Uma das principais atribuições deste departamento é o desenvolvimento da aquicultura, com base em critérios de sustentabilidade, para produzir alimentos e aproveitar os recursos hídricos (naturais), tanto ambientais quanto biológicos.

No entanto, nota-se que não existe um documento de estratégia ou plano operacional para a execução desta alocação e, no presente momento, a aquicultura é apenas uma possibilidade para o futuro, que deve basear-se em algumas experiências desenvolvidas no passado, uma vez que noutros países da Região da África Ocidental e Central a aquicultura já é uma atividade que está sendo desenvolvida por múltiplos atores, públicos e privados, e promovida por diferentes governos e instituições internacionais.

Em São Tomé e Príncipe, não há um centro de formação ou pesquisa em aquicultura. No entanto, alguns quadros da Direção das Pescas beneficiaram de formação específica em aquicultura, através de participações em seminários e jornadas de projetos de cooperação regional, financiados por diferentes doadores internacionais. Por outro lado, apesar da conclusão da formação acima mencionada, não existe um quadro técnico especializado em aquicultura e o atual nível de conhecimento é insuficiente.

Tabela 7: Contribuição da pesca no PIB em mil Dobras (STN)

Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PIB Geral	4 815,9	5 588,9	6 443,7	6 970,0	7 846,0	8 534,9
PIB Pesca	267,3	334,1	388,3	472,4	563,5	545,6
Pesca % PIB	5,6	6,0	6,0	6,8	7,2	6,4

Fonte: INE/São Tomé e Príncipe 2017

3.1.2. Contribuição da pesca para a economia nacional

As estatísticas indicam que entre 4 500 e 12 000 toneladas de peixe são capturadas nas águas territoriais de São Tomé e Príncipe. No que respeita à sua contribuição para o PIB, incluindo o rendimento resultante do acordo de licença para a pesca na ZEE a não residentes (o caso da União Europeia), o setor das pescas contribuiu nos últimos anos com cerca de 6% por ano (Tabela 7). Os acordos de pesca com a União Europeia dão origem a um rendimento médio anual para o país na ordem de apenas 700 000 euros, autorizando cerca de 34 barcos a pescar até 7 000 toneladas de peixes de referência por ano. Quanto às licenças concedidas a empresas privadas, o país arrecada em média 50 Euros por tonelada. O grande desafio para as licenças concedidas é a falta de capacidade de controlo da pesca realizada nesta área.

Gráfico 4: Evolução das exportações do pescado, 2013-2016 (toneladas)

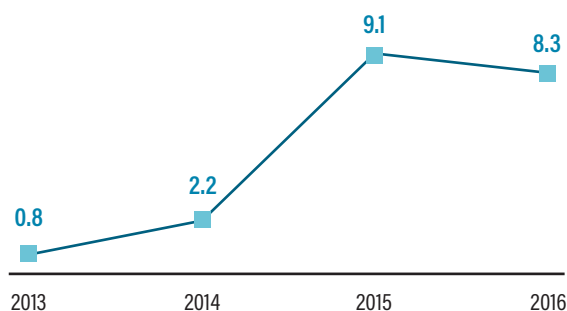
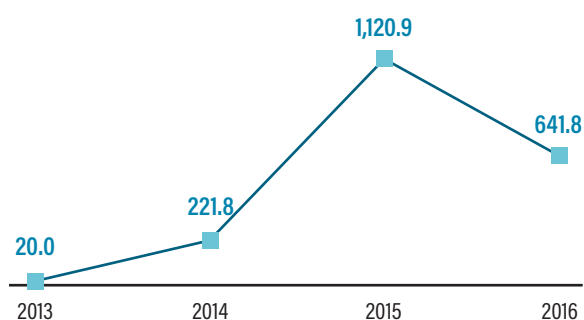


Gráfico 5: Evolução das exportações de pescado, 2013-2016, (mil STN)



Como já referido anteriormente, a maior parte do peixe é vendido internamente. Contudo, de acordo com os dados do INE-STP, o registo das exportações de peixe de 2013 mostra que o sector das pescas começa a tornar-se um sector promissor, como se pode ver nos gráficos 4 e 5 (em termos de quantidade e valor), com fortes aumentos de 2013 a 2015, apesar da queda observada em 2016.

Em São Tomé e Príncipe, existem aproximadamente 23 associações de pescadores e 14 associações de palaiês, com 18 associações de pescadores e 8 associações de palaiês em São Tomé. Estas associações constituem uma Federação Nacional chamada GIEPPA — Grupo de Interesse Económico de Palaiês e Pescadores Artesanais, que tem a sua sede nos espaços do Centro Comunitário de São Pedro. Na Região Autónoma do Príncipe existem cerca de 5 associações de pescadores agrupadas numa União dos Pescadores da Região.

Informações disponíveis indicam que cerca de 30 000 pessoas vivem direta e indiretamente da pesca (cerca de 15% da população), mas o

relatório de 2019 da Direção das Pescas de São Tomé e Príncipe, aponta para cerca de 4 155 pescadores, e o de 2014 aponta 2 350 vendedores (palaiês) que vivem diretamente de peixe, um aumento de aproximadamente 40 % face ao relatório de 2014 relativamente aos pescadores e 15%, em comparação com os dados de 2007, no que se refere às palaiês.

3.2. Cadeia de valores, mercado e segurança alimentar

O setor das pescas joga um papel importante no desenvolvimento económico e social de São Tomé e Príncipe, não obstante a limitação do potencial de recursos haliêuticos, devido à pequena plataforma continental, continental e pequenos.

O setor da pesca em São Tomé e Príncipe compõe-se de três segmentos, sendo: i) produção com componentes nacional e estrangeira (esta resultante do Acordo com a União Europeia), ii) grossistas, constituído por alguns homens que vendem aos hotéis e restaurantes e mulheres, na sua maioria, “palaiês” que vendem diretamente à população; e iii) transformação artesanal de produtos de pesca, exercida na sua maioria também pelas mulheres palaiês.

3.2.1. Cadeia de valor

Segundo o estudo sobre o setor dos produtos do mar em São Tomé e Príncipe, realizado em julho de 2017 com o apoio da FAO, sete grupos de agentes económicos foram identificados como envolvidos no sector de pesca: i) pesca artesanal; ii) pesca semi-industrial; iii) palaiês e grossistas de peixe fresco; iv) associações de pescadores e palaiês; v) grossistas de produtos transformados; e vi) pesca industrial estrangeira.

O mesmo relatório evidenciou as seguintes fraquezas e constrangimentos, que citamos: “i) um regulamento da pesca pouco aplicado, gerando más práticas e uma sobreexploração da

pesca; ii) as importâncias das perdas pós-captura ligadas à fraqueza da cadeia de frio; iii) os incumprimentos dos princípios e práticas de higiene básicos ao longo de toda a fileira; iv) os constrangimentos energéticos que reina globalmente no país, que afeta em particular o sector das pescas; v) a ausência de controlo e regulamento da profissão de palaiê que conduz à sua plethora e uma ineficiência do sistema de comercialização; vi) as ausências de mecanismos de financiamento adaptados às actividades, vii) pesca semi-industrial pouco eficiente.”

O valor acrescentado criado pelo sector da pesca nacional em 2015 foi avaliado em 25 948 884,00 Euros, o que representou 9% do PIB do país. O segmento de produção foi preponderante com um registo de 63%, o de comercialização, dominado por produtos frescos, representou 33%, e a transformação artesanal com apenas 4%. A fraca contribuição dos produtos transformados resulta da falta de frio para conservação e/ou peixes que ficam por vender, o que conduz à prática de secagem por salga.

O valor acrescentado da pesca estrangeira é mais fraco comparativamente ao da pesca nacional, na medida em que a pesca estrangeira não é transformada internamente, devido possivelmente a constrangimentos como: a falta de um porto adequado, a escassez/falta de marinheiros e de observadores nacionais nos barcos europeus, inexistência de infraestruturas de transformação, armazenamento e conservação de produtos haliêuticos, bem como serviços de aprovisionamento.

3.2.2. Comercialização e consumo

Os produtos da pesca são principalmente consumidos frescos (cerca de 85%). No entanto, parte deles que não são vendidos frescos, são transformados em salgados secos (cerca 13%) ou fumados (cerca 2%). Observa-se que a salga/secagem é mais frequente do que a fumagem. Dois fatores podem explicar isso. Em primeiro lugar, a secagem por salga permite que o peixe seja

mantido durante várias semanas e até vários meses, enquanto a técnica de fumagem utilizada em São Tomé e Príncipe apenas o permite durante alguns dias. A outra razão está ligada às preferências alimentares. O peixe salgado consome-se muito com a banana cozida ou a fruta-pão assada (pratos tradicionais), enquanto o peixe fumado vai para a preparação de pratos tradicionais específicos.

Em termos de custo, fumar é, no entanto, menos dispendioso do que a secagem por sal. O preço do sal, que é totalmente importado, é relativamente alto.

Não existem infraestruturas para a transformação de produtos pesqueiros de forma industrial, mas artesanal.

O peixe fresco, o mais vendido, é usado principalmente em grandes áreas urbanas, as capitais dos distritos, e particularmente em São Tomé. No entanto, uma pequena porção é transportada pelos comerciantes de peixe, as senhoras “palaiês” que usam o transporte ou caminham a pé para o interior do país. Estes peixes chegam ao consumidor final algumas vezes já deteriorados devido à falta de gelo para a conservação durante o transporte. Existe outra classe de intermediários na comercialização de pescado, praticada essencialmente por homens “Grossistas” que compram pescados diretamente de pescadores artesanais e semi-industriais e os vendem para hotéis, hospitais e quartéis militares.

Uma pequena parte do peixe é transformada pelos “palayés” ou pelos próprios pescadores, que o comercializam diretamente aos consumidores finais ou intermediários (grossistas) e estes aos consumidores finais.

O desembarque do peixe é absorvido quase na sua totalidade. A ausência de estruturas adequadas de desembarque, transporte e armazenamento é notória, bem como um sistema de marketing eficaz que inclua a sua organização, distribuição, melhoria da higiene pessoal, o local de venda e as ferramentas utilizadas no manuseio, facto que poderia evitar perdas pós-captura e valorizar o produto.

O abastecimento ao mercado interno é principalmente assegurado pelos desembarques de pesca artesanal e, muito marginalmente, pela pesca semi-industrial. Este abastecimento ao mercado de peixe segue a lei da oferta e procura. Os preços variam não só durante a semana e mês, mas também durante o dia, dependendo das chegadas.

O setor das pescas tem uma importância estratégica para o país, uma vez que cumpre o objetivo necessário de fornecer peixe ao público, contribuindo para os recursos próprios nacionais para minimizar o desequilíbrio numa dieta equilibrada.

Em termos de consumo de peixe pela população de São Tomé e Príncipe, o consumo per capita de peixe é de cerca de 26 kg (um dos mais elevados em África, bem acima do padrão da FAO de 20 kg por ano e per capita) e os produtos da pesca são responsáveis por aproximadamente 85% da ingestão de proteína animal nos alimentos (PNIASAN, 2016).

3.3. Turismo e ecoturismo

As ilhas de São Tomé e Príncipe têm um enorme potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas, com o particular realce para o ecoturismo e o turismo de natureza. Por isso, existe um consenso nacional, cujo desiderato consiste em transformar São Tomé e Príncipe numa zona de prestação de serviços no meio do mundo. Pois, a posição geoestratégica do país no Golfo da Guiné, rodeado pelos principais produtores de hidrocarbonetos da África ao sul do Sahara e no meio do caminho marítimo entre as Américas e a Europa, fez com que esta aspiração se consolidasse e os distintos governos procurem contribuir para a pavimentação deste longo caminho que deverá levar São Tomé e Príncipe a atingir o objetivo de desenvolvimento almejado.

Assim, em 2001, foi elaborado o Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo, onde se definiu os primeiros objetivos estratégicos do desenvolvimento deste setor, identificando-o como um dos setores fundamentais para o processo

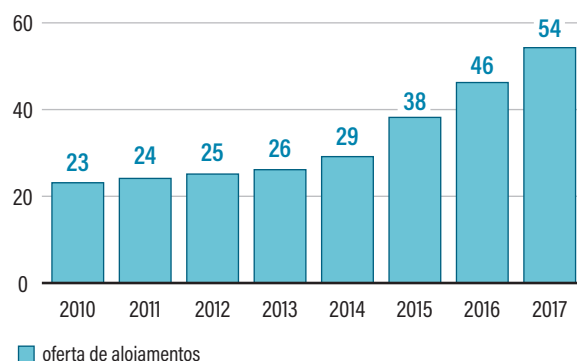
de desenvolvimento. Em 2008, isto é, sete anos depois, este plano estratégico foi transformado no Plano Diretor do Turismo que atualizou alguns aspetos do plano anterior. A Região Autónoma do Príncipe, por sua vez, em 2012, elaborou o seu próprio plano de desenvolvimento regional (Plano e Agenda de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Príncipe), dando ênfase aos aspetos característicos desta região, declarada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) de Reserva Biosfera da Humanidade em 11 de julho de 2012.

Passado cerca de uma década, São Tomé e Príncipe atualizou em 2018 a sua estratégia para o turismo, cuja visão, até 2025, consiste em transformar São Tomé e Príncipe no “destino turístico insular mais preservado da África Equatorial, com uma natureza e biodiversidade únicas, país paradisíaco, onde a hospitalidade santomense, baseada no seu legado histórico-cultural de roças de café e cacau, partilha o seu modo de vida e a forma calorosa de receber” (Direção Geral de Turismo, 2017, p. 49). Com base nesta visão estratégica, foi elaborado o Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo. Neste plano são traçados indicadores de desenvolvimento do turismo sustentado, cuja meta a alcançar no horizonte 2025 para o setor do turismo é de um aumento em 65,5% (29 mil em 2016) de chegadas internacionais, um aumento de 5,8% (14,2% em 2016) no número de empregos, um aumento do investimento no país de 81,2%, tanto estatal como privado, um aumento da taxa de ocupação dos quartos de 19,7%, um aumento de 73,4% (14,8% em 2016) da sua contribuição para o PIB. O pano de fundo desta estratégia consiste na expansão do turismo de forma sustentada respeitando a biodiversidade e tradição histórico-cultural das populações.

O parque hoteleiro tem crescido de forma desorganizada por falta de um plano de ordenamento de território onde define as tipologias de alojamento enquadradas nas políticas concretas de desenvolvimento do setor.

Segundo o anuário de investimento (2015), em termos de alojamento, São Tomé e Príncipe passou de um total de 601 quartos distribuídos em 40

Gráfico 6: Evolução dos estabelecimentos no país



estabelecimentos em 2010 para 716 em 2017, distribuídos em 54 estabelecimentos (Gráfico 6), nomeadamente, hotéis e resorts, pensões, residenciais e moradias turísticas (guest house).

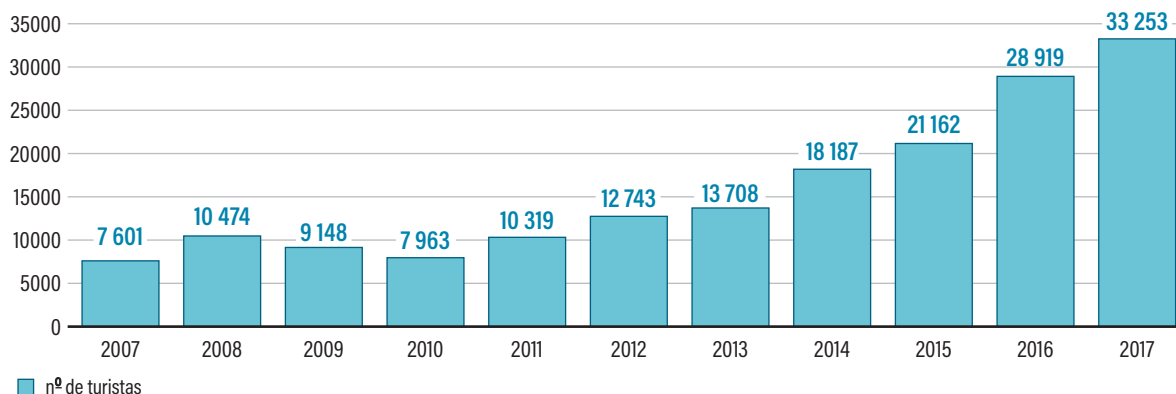
Algumas modalidades de turismo em São Tomé e Príncipe vêm crescendo desde a década de 90 e consolidando cada vez mais, sejam elas generalistas ou especializadas, como no caso de ecoturismo e o turismo rural.

Porém, é imperiosa a necessidade de implementação de um plano de formação e capacitação adequadas nas modalidades de turismo que se pretendem fomentar de forma mais intensa e diferenciada (como o ecoturismo e o turismo cultural), como na hotelaria e restauração convencionais, para que se possam aproveitar todo o tipo de iniciativas turísticas.

O parque hoteleiro do país, ainda que reduzido, começa a registar sinais de algum crescimento. Este crescimento é mais visível ao nível de pequenas unidades de alojamento, nomeadamente “guest house” ou moradias turísticas, cujos promotores/gestores são são-tomenses. Ao nível das entradas dos visitantes (turistas e excursionistas) ao país, tem-se verificado um aumento significativo. Em 2010, registou-se por exemplo 7 963 entradas, cifra que atingiu 28 919 em 2016, passados dez anos (Gráfico 7).

Os turistas provêm maioritariamente da Europa, sendo Portugal e França os líderes. No que se refere ao continente africano, Angola ocupa a liderança.

Gráfico 7: Entradas de visitantes (turistas e excursionistas) nos últimos 10 anos



Em 2017, a participação do setor turístico no PIB foi de 14%, com uma receita na ordem dos 53,8 milhões de dólares americanos empregando 1 834 trabalhadores. Assim sendo, o turismo de São Tomé e Príncipe pretende orientar uma filosofia de sustentabilidade enquadrada na sua vertente ambiental, económica e sociocultural, para fazer crescer a economia e gerar mais e melhores oportunidades de emprego.

O fornecimento de eletricidade em São Tomé e Príncipe encontra-se numa situação bastante crítica, de baixo desempenho, com forte dependência de combustíveis importados, caracterizado pela produção deficitária, isto é, produção que não satisfaz a procura, baixa eficiência e qualidade de fornecimento, custo elevado de produção e incompatível com a tarifa aplicada, infraestruturas insuficientes e em estado avançado de degradação.

3.4. Energias Renováveis

A eletricidade constitui o pilar crucial do desenvolvimento de qualquer Nação. O sub-setor da eletricidade em São Tomé e Príncipe tem uma estrutura simples, mas com uma complexa rede de relacionamentos, composto por cinco entidades principais, nomeadamente: a Empresa Nacional de Água e Eletricidade (EMAE), a Direção Geral dos Recursos Naturais e Energia (DGRNE), a Autoridade Geral de Regulação (AGER), Empresa Nacional de Combustível e Óleo (ENCO) e a Empresa Produtora independente de Eletricidade (bobô foro1), e também por duas entidades Governamentais, nomeadamente o Ministério de Plano e Finanças que exerce a supervisão e controlo financeiro, e o Ministério de Recursos Naturais e Ambiente que exerce a supervisão e o controlo técnico.

A potência total de energia disponível não satisfaz as necessidades do consumo e contribuição da energia de origem hídrica é de apenas 8% do total atualmente produzido. O que é mais grave, é que das quatro centrais hídricas existentes no País, apenas uma e a que ainda está sob gestão da EMAE, é que se encontra em funcionamento, mas a 70% da sua capacidade nominal. As restantes três, sob gestão da Hidroelétrica São Tomé e Príncipe, estão fora de serviço e em estado de abandono, com os respectivos equipamentos electromecânicos danificados e desmantelados.

O setor doméstico consome mais de 50% da energia produzida com uma tarifa que varia entre 1 667,64 STD e 3 841,52 STD, de acordo com escalão tarifário, ocupando a primeira posição em termos de consumo energético, seguido do setor comercial e administração pública no terceiro. O setor industrial que deveria ser o setor alvo da produção de eletricidade, consome apenas 10%. Isso demonstra a fraca ou inexistência de

capacidade de um setor industrial. Estas tarifas, cuja referência está muito aquém do custo de produção, representam 92% consumo, produzidos por centrais térmicas, funcionando na base de combustível leve importado pela ENCO.

A contribuição da hidroeletricidade diminuiu ao longo do tempo e representa hoje apenas 8% da produção total anual, sendo que no início da década de 90, representava cerca de 60% da produção total anual. No quadro da expansão do sistema eléctrico está previsto explorar o potencial hidroeléctrico que é bastante importante à escala das necessidades do país.

Não obstante a este cenário, têm havido iniciativas tanto públicas como privadas na utilização de fontes de energias alternativas, sobretudo para as localidades onde ainda não existem redes eléctricas. As outras fontes, tais como a solar, eólico e mesmo a biomassa e biogás, ainda representam um potencial pouco conhecido.

Em termos de eficácia e eficiência energética, cerca de 70% da rede de transmissão e distribuição necessita de manutenção e as perdas comerciais estão na faixa de quase 50% (Banco Mundial 2010). Ao nível dos consumidores, o uso de equipamentos e electrodomésticos pouco eficientes eletricamente, é predominante e constitui um dos veículos do aumento de consumo, sobretudo nas horas de ponta.

Vários estudos já realizados apontam para a existência do potencial energético de fontes renováveis, nomeadamente de recursos hídricos, solar, eólico, biomassa, etc., mas devido às barreiras de diversos níveis que são impostos, têm sido pouco exploradas.

Nos últimos tempos, o Governo tem levado a cabo, com o apoio de diferentes parceiros, várias ações de investimento com vista a estruturar e promover um melhor funcionamento do setor eléctrico.

A ausência de um Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento de Energias Renováveis, continua a ser um elemento impeditivo da

aproximação e diálogo de investidores privados e de doadores, pois verifica-se uma ausência de definição de prioridades concisas e claras em matéria de transição energética para as energias renováveis no país, e em matéria de objetivos de eficiência energética. Este plano deverá proporcionar uma visão sistémica e detalhada, harmonizada ao Plano de Desenvolvimento de Baixo Custo do setor eléctrico (2019 – 2035), que partindo de um estudo do potencial de produção de electricidade através das diferentes fontes de energias renováveis, e que de acordo com as necessidades identificadas para o desenvolvimento socioeconómico, perspective um aumento progressivo e efectivo das mesmas na matriz energética do país.

3.5. Ambiente e biodiversidade

São Tomé e Príncipe dispõe de uma zona costeira continental com cerca de 261 quilómetros de extensão e uma ampla zona económica exclusiva. Apesar de possuir uma área relativamente pequena, o país abriga vários tipos de ecossistemas e o nível de endemismo de espécies é significativo. O ecossistema costeiro e marinho formados por praias, costas rochosas, recifes de corais e litorais, onde predominam diversas formas de vida, ecossistemas das águas interiores, ecossistemas florestais e agrários abrangem florestas nubladas, florestas de altitude, florestas de planície, florestas secundárias, florestas de sombra, savana e mangais.

Das 895 espécies de plantas superiores registadas no país, 134 são endémicas; conta-se ainda 63 espécies de aves (25 endémicas), 16 de répteis (7 endémicas) e 9 de anfíbios (todas endémicas). 105 espécies de peixes foram identificadas e destacam-se ainda os moluscos, crustáceos, quelónios e cetáceos (baleias e golfinhos).

Estes ecossistemas costeiros e marinhos estão sob ameaças constantes devido ao aumento da população nas zonas costeiras, sobre-exploração de atividades piscícolas, práticas de turismo prejudiciais, assim como as mudanças climáticas,

particularmente o aumento do nível do mar. A pressão sobre os habitats e as zonas costeiras diminuem não apenas o valor dos benefícios à pesca, à biodiversidade e ao turismo. A conservação e utilização sustentável dos recursos costeiros e marinhos, constituem prioridades ambientais para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, devido ao seu papel na produção alimentar (através das atividades piscícolas e de aquacultura) para a população.

A conservação da diversidade biológica de São Tomé e Príncipe e a utilização sustentável dos recursos naturais tem constituído uma preocupação das autoridades nacionais. Pois, no decurso do seu processo de desenvolvimento económico, algumas práticas associadas a políticas não muito bem equacionadas têm estado a ameaçar e a exercer uma grande pressão sobre a biodiversidade. Para minimizar esta situação, diversas iniciativas foram tomadas pelo Governo no sentido de conservar os recursos naturais do país. Estas iniciativas incluem a elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade (ENPAB), a formulação de legislação ambiental específica e a constituição da Comissão Nacional de Ambiente.

A composição do quadro legal inclui leis, decretos e outros instrumentos legais e jurídicos que regulamentam a base do ambiente, a conservação da fauna, flora e áreas protegidas, o regime da propriedade fundiária e uso agrícola do solo, a protecção, exploração e gestão dos recursos marinhos da ZEE, a utilização das florestas, a extração de areia, calhau, calcário e recifes, decretos que ordenam o registo obrigatório de resíduos, o processo de avaliação de impacto ambiental, o corte de árvores, a fixação de limites de saída de aves do país, a regulamentação do uso de fogo em florestas, etc. Outros instrumentos já aprovados, que, porém, ainda não vigoram, são a lei das pescas e ambiente aquático, a lei florestal, a Lei sobre a criação dos Parques Nacionais Ôbôs de São Tomé e do Príncipe (Lei nº 6 e 7 de 2006), a lei sobre a conservação das tartarugas marinhas e a respetiva regulamentação.

No campo internacional, as convenções já ratificadas são a Convenção sobre a Diversidade Biológica, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Convenção Quadro sobre as Mudanças Climáticas, a Convenção sobre o Combate à Desertificação e a Convenção de Estocolmo sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes, Convenção para a Protecção da Camada de Ozono, Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que empobrecem a Camada de Ozono, Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias Pertencentes à Fauna Selvagem, Convenção Africana para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.

A ratificação e adesão a essas convenções tornou o País elegível aos diversos fundos ambientais internacionais, tendo tornado possível a execução de algumas atividades com o apoio de diversas fontes de financiamento, pelo que foram desenvolvidas, ao longo dos últimos anos, as seguintes actividades.

- Elaboração do Plano Nacional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável (PNADD) de 1996 a 1999, sob a gestão do UNDP. Este foi o primeiro grande trabalho desenvolvido no âmbito ambiental em São Tomé e Príncipe;
- Elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade, 2001-2004 com financiamento do GEF e Gestão do Banco Mundial, atualizada em 2015 (ENPABII);
- Elaboração das Comunicações Nacionais em 2019 sobre as Mudanças Climáticas, após ter elaborado a Segunda em 2012 e Comunicação Inicial em 2005, com financiamento do GEF e gestão do UNDP em São Tomé e Príncipe;
- Elaboração do Plano Nacional de Acção para Adaptação às Mudanças Climáticas (NAPA) (2006-2008 – com financiamento do GEF e implementação do Banco Mundial);

- Elaboração do Plano de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (2003-2006 – com financiamento do GEF e implementação da ONUDI);
- Implementação da Convenção de Viena sobre a protecção da Camada de Ozono e o Protocolo de Montreal sobre as substâncias que empobrecem a camada de ozono – financiado pelo Fundo Multilateral para a implementação do Protocolo de Montreal – (2003-2008) – Financiamento do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal, ainda em curso;
- Elaboração do Perfil Nacional sobre a Gestão das Substâncias Químicas 2004-2005 – Financiamento da União Europeia e do Governo Suíço;
- Elaboração de 2012 a 2015 da II Estratégia nacional e Plano de Ação para a Biodiversidade que contou com o financiamento do GEF;
- Elaboração em 2006 da Estratégia Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, com financiamento do GEF e gestão do Banco Mundial;
- Elaboração em 2011 da Segunda Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas, com financiamento do GEF e gestão do UNDP São Tomé;
- Estão em curso negociações para a efetivação do Projeto conducente ao fortalecimento da capacidade no processo de Planeamento Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (documento anexo sob o nº 6 ainda em negociação);
- Projeto de Adaptação para as Zonas Costeiras.

Os investimentos efetuados no setor de ambiente e biodiversidade, de 2009 a 2017, situam-se em torno de 282 milhões de Dobras, cerca de 11,5 milhões de Euros.

3.6. Transportes e segurança marítimos

Em matéria dos transportes aéreos, a situação continua tensa porque se necessita de investimentos para os modernizar, ampliar e melhorar a segurança dos aeroportos existentes, sendo um na Região Autónoma do Príncipe e outro (o maior) na ilha de São Tomé. Cabe informar que o esforço de financiamento do aeroporto do Príncipe tem sido suportado pelo setor privado, enquanto o de São Tomé é garantido pelo Estado que, por sua vez, mobiliza o financiamento para o efeito junto dos parceiros internacionais.

Em termos de serviços de transportes marítimos, os principais navios que operam no porto de São Tomé são do tipo multi-serviços (granéis sólidos, carga geral, etc.) e contentores (definidos desta forma devido às suas capacidades de transporte e não pelo tipo de serviço que prestam), efectuando tanto o serviço de águas profundas como o serviço de cabotagem e, em menor dimensão, o serviço de passageiros ou mesmo serviços de carácter científico.

A maioria dos navios de carga efectua as operações de carga e descarga fora dos cais, através da passagem das mercadorias para barcaças que comutam entre o ponto de ancoragem do navio e o porto, resultando perdas e estragos nas mercadorias e equipamentos a custos acrescidos.

No que concerne à ligação à Região Autónoma do Príncipe e ao Continente africano, não há serviço regular de transporte marítimo neste momento. A ausência de controlos rigorosos da parte das autoridades nacionais, de modo a evitar transportes clandestinos de pessoas e bens, conduziu ao naufrágio recente de dois navios, eventos separados por menos de doze meses.

O país está dotado de três portos marítimos, dois deles na baía de Ana Chaves, perto da capital (um deles dedicado exclusivamente ao reabastecimento dos navios), e o terceiro, na



cidade de Santo António, na ilha do Príncipe. Todos os portos marítimos estão sob a administração da ENAPORT, a Autoridade Nacional de Administração de Portos. Dos três portos referenciados, nenhum deles tem capacidade para acolher navios de grande porte, os ditos navios internacionais.

Em 2017, a ENAPORT – Empresa nacional de Administração dos Portos, realizou obras de requalificação e ampliação do seu Parque de Armazenamento de Contentores na zona sul do Porto de Ana Chaves, que faz parte da primária fase das obras de Requalificação do Porto de Ana Chaves. O valor do investimento realizado nesta

obra foi de 1,2 milhões de Euros, tendo sido financiado pelo FED/EU. Este parque tem uma área com cerca de 4 697 metros quadrados, conferindo assim uma maior capacidade de armazenagem de contentores no terraplano portuário que sai de 2 500 twenty-foot equivalent units (a seguir designado TEU'S) para 4 000 TEU'S. Esta intervenção visou a melhoria da eficiência e a segurança das operações portuárias, e a diminuição dos custos de produção e comercialização (internos/externos). A segunda fase do projeto que contempla a requalificação do Espaço Frontal do Porto de São Tomé, compreenderá uma área de 4 011 m², que pela sua importância vai conceder ao Porto de São Tomé superfícies suplementares para armazenagem de mais contentores e de viaturas importadas, mas ainda não está prevista a data para o arranque das obras.

Dada a crescente procura de tráfego internacional e a localização geoestratégica do São Tomé e Príncipe, o país apresenta condições para transformar-se numa placa giratória regional e internacional de passageiros e cargas, com a construção de um porto de águas profundas. Os estudos para a criação de um porto de transbordo marítimo, mostram claramente a viabilidade desta estratégia e a sua importância para o desenvolvimento do país. Os estudos realizados demonstraram a viabilidade financeira e económica, sendo o retorno do investimento suficientemente atrativo para motivar os investidores privados.

O novo porto de águas profundas localizar-se-ia na zona marítima de Fernão Dias, no extremo norte da ilha de São Tomé. No âmbito do Plano Director de Transportes, e com o financiamento a União Europeia foi elaborado o plano de cabotagem para São Tomé e Príncipe. O Plano de Cabotagem prevê um investimento de cerca de 14 milhões de Euros, em que se contempla a construção de 6 portos de cabotagem polivalentes (cinco em São Tomé – Santa Catarina, Neves, Água Izé, Ribeira Peixe e Porto Alegre – e um na Região Autónoma do Príncipe – Ponta Mina), sendo que o Porto de Ponta Mina, no Príncipe, representa cerca de 40% deste total de investimento.



4.

Novo estratégicos

paradigma de
desenvolvimento
e os desafios

no quadro da economia azul para
São Tomé e Príncipe



Um enorme potencial de serviços que a economia azul oferece, explorado de forma sustentável, contribuirá certamente para o desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe. Neste contexto, São Tomé e Príncipe deve adotar um processo estratégico de abordagem transformacional para otimizar as sinergias a fim de se engajar num crescimento económico azul sustentável.

Deste modo, a exploração sustentável dos recursos naturais - além dos recursos mineiros (mas não contabilizada pelo setor público), como petróleo – permitirá libertar recursos que terão que ser investidos em áreas que contribuem para o desenvolvimento de outras formas de capital. Isto requer arbitragens para o desenvolvimento dos setores em causa e medidas tomadas com vista a reduzir a sua vulnerabilidade perante o desenvolvimento de outros setores. Este processo de transformação, acompanhado de uma reforma ao nível do sistema de governação, assegurará certamente a sustentabilidade da economia azul,

facilitando uma geração permanente e crescente de rendimentos após o esgotamento dos recursos não renováveis (petróleo).

Assim, a determinação do XVII Governo em promover a economia azul, na procura de respostas ao desafio de desenvolvimento do País, consubstanciado no crescimento económico, na inclusão social e na preservação e melhoria dos meios de subsistência, que assegure simultaneamente a sustentabilidade ambiental, propugna por um Novo Modelo de Desenvolvimento Baseado na Prestação de Serviços, com destaque para os setores da economia azul, tais como: pesca, turismo, transportes, portos e aeroportos, energias renováveis e inclusão social, respeitando sempre o ambiente e a biodiversidade. Facto que, seguindo as orientações de diversos documentos estratégicos (internacionais, regionais e nacionais) referidos no parágrafo anterior, levou o atual Governo a definir como um dos eixos fundamentais no seu Programa “um Crescimento Económico Robusto e a Criação Acelerada de Emprego.”

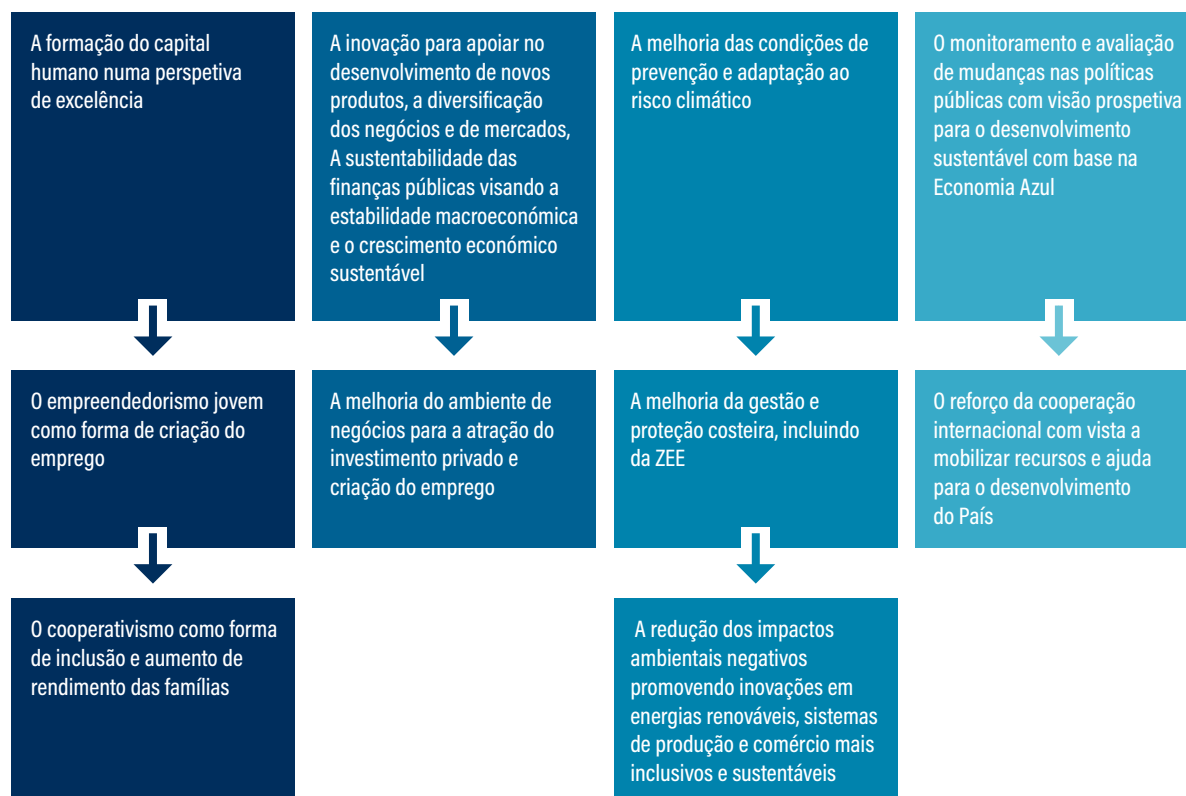
Gráfico 8: Constrangimentos e oportunidades para o desenvolvimento da economia azul

OPORTUNIDADES	CONSTRANGIMENTOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Apesar das limitações, há fatores favoráveis que tornam possível explorar todo o potencial visando o crescimento azul, para melhorar a renda das respetivas comunidades e estabelecer uma economia de plataforma de serviços na sub-região do Golfo da Guiné. Entre essas oportunidades, pode-se destacar: Algumas possibilidades para os pescadores artesanais terem acesso a unidades populacionais de pesca marítima que ainda são pouco exploradas (especialmente pelágicas), reforçando as embarcações para alcançar áreas desfavorecidas; ■ Uma importante biodiversidade marinha. O país abriga mais de 180 espécies de peixes, dos quais 105 são explorados comercialmente. Esta importante diversidade marinha permite comercializar uma gama diversificada de produtos da pesca; ■ Os principais atores do setor (pescadores, palayês), organizados em associações de pescadores e palayês, agrupados numa federação nacional; ■ A recente construção de infraestruturas de pesca, como a de Bobo Forro, no Distrito de Água Grande; ■ Desenvolvimento de STP como plataforma de prestação de serviços para a indústria de processamento de atum para exportação; ■ O desenvolvimento do setor do turismo que oferece pistas para outras formas de utilização dos recursos pesqueiros (recreativos, por exemplo) e como fonte de renda que permite valorizar os recursos pesqueiros para equilibrar a balança comercial, através das exportações; ■ Formação de uma equipa técnica local com qualificações necessárias para explorar as oportunidades anteriores; ■ Formação de pescadores em conhecimentos técnicos com modernas técnicas de pesca; ■ Orientação para expatriação em atividades de pesca em países vizinhos (Gabão, Guiné Equatorial, República do Congo, Angola, Namíbia); ■ Algumas organizações locais (ONGs MARAPA, por exemplo, devido ao seu papel dinâmico e longos anos de experiência) e organizações regionais podem desempenhar o papel de facilitador a nível técnico; ■ O desenvolvimento do ecoturismo, bem como o desenvolvimento de STP como uma plataforma para a prestação de serviços e a indústria de processamento de atum para exportação; ■ A procura por produtos de pesca premium é importante tanto no nível do mercado local, especialmente na crescente indústria hoteleira, como regional e internacional; ■ Apostar na aquacultura como fonte alternativa de aumento de produção; ■ Existência de protocolos, acordos e parcerias internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Fraco conhecimento da disponibilidade e dinâmica dos recursos pesqueiros (estudos disponíveis nos anos 80); ■ Baixa regulamentação das atividades pesqueiras; ■ Fraquezas institucionais no controlo e vigilância da pesca; ■ Falta de barcos adequados com navegabilidade para ter acesso a áreas de pesca; ■ Baixa disponibilidade de equipamentos e materiais, pesca no mercado; ■ Ausência de uma política de crédito à pesca; ■ Falta de formação técnica e profissional; ■ Défice de equipamento de navegação e segurança marítima; ■ Baixo acesso à informação e prevenção sobre a condição meteorológica; ■ Uso de meios inadequados para a exploração de recursos; ■ Prática de pesca não responsável; ■ Acesso difícil a equipamentos e materiais, relativamente caros para o rendimento da pesca; ■ Insuficiência de equipamentos de produção de gelo e outros meios de conservação; ■ Técnicas de transformação e conservação através de secagem, salga e defumações adequadas pouco desenvolvidas; ■ Falta de infraestruturas adequadas para a comercialização do produto de pesca; ■ Baixa organização dos profissionais de marketing no processo de venda de peixe fresco de qualidade; ■ Ausência de transporte adequado para transportar peixe em condições seguras aceitáveis para consumo; ■ Inspiência dos pontos de venda de peixe equipados nos distritos; ■ Falta de formação em conservação e processamento de peixes; ■ Falta de infraestrutura para desembarques (pequenas rampas) nas comunidades; ■ Ausência de porto de pesca; ■ Défices de capacidade energética; ■ Sistema ineficiente de comercialização de pescado.

Gráfico 9: Tipo de serviços fornecidos no âmbito da economia azul

Tipo de atividade	Serviço fornecido pelo oceano	Indústrias existentes	Indústrias emergentes ou novas	Motor de crescimento
Captura dos recursos marinhos vivos	Alimentação; Emprego; Biotecnologia.	Pesca e Aquacultura; Transformação.	Pesca e Aquacultura; Farmácia; Química; Cosmética.	Segurança alimentar; Procura de proteínas; Indústria, saúde, bem-estar.
Extração de recursos minerais	Minerais; Energia; Água.	Minas submarinas; Petróleo e gás.	Recursos profundos Renováveis, Dessalinização	Procura de minerais; Energias alternativas; Escassez de água potável.
Comércio e transporte marítimos	Transporte e Comércio marítimos; Turismo; Atividades recreativas.	Transporte e comércio marítimo; Porto e infraestruturas; Turismo; Desenvolvimento costeiro.	Ecoturismo	Crescimento de transporte; Regulamentos internacionais; Crescimento do turismo e regulamento do ecoturismo; Urbanização costeira.
Desafios, para a saúde dos oceanos	Vigilância e acompanhamento dos oceanos; Sequestro de Carbono; Proteção costeira; Degradação dos habitats; Eliminação de resíduos.		Tecnologia e Pesquisa desenvolvimento; Carbono azul; Proteção habitat, restauração; Assimilação de nutrientes e resíduos sólidos; Pesca sustentável.	Pesquisa, Desenvolvimento; Tecnologias Oceanos; Crescimento de atividades de proteção e conservação

Gráfico 10: Desafios estratégicos



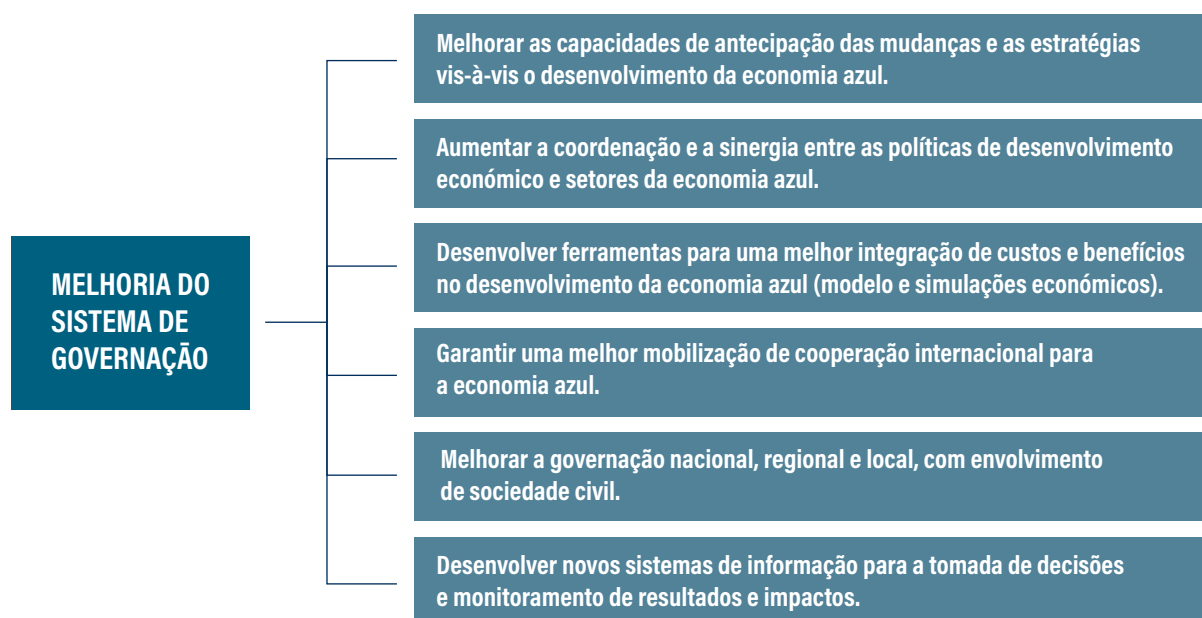


No processo de valorização do potencial económico dos recursos hídricos e das zonas costeiras que os delimitam, o Governo conta com o apoio da FAO que tem desencadeado iniciativas, através das quais várias áreas temáticas foram distinguidas e as correspondentes actividades identificadas, de tal forma que, no processo de exploração e comercialização de recursos hídricos sejam inclusivos, isto é, novas oportunidades de emprego criadas sejam garantidas às populações costeiras e os ecossistemas sejam preservados.

Mas, a questão prévia e fundamental a ter em consideração na transição para uma economia azul, devido à sua implicância e transversalidade a todos os setores do crescimento azul, é a definição e implementação de um sistema de governação pragmático e funcional.

5.1. Sistema de governação

A transição para uma economia azul requer o estabelecimento ou melhoria do sistema de governação, através dos seguintes pressupostos:



5.2. O papel de um alto comissário para a transição para a economia azul

Entre os países envolvidos na transição para a economia azul, existem diferentes modelos de governança que refletem tanto o comprometimento quanto as expectativas, mas também os pontos fortes e fracos de cada contexto governamental e as perspectivas de consolidação. As Seychelles estão comprometidas com a economia azul por iniciativa do Presidente da República que, no primeiro

semestre de 2010, engajou-se com sua própria voz e compromisso pessoal no desafio da economia azul sustentada e se juntou muito rapidamente às organizações internacionais e não-governamentais. Em Cabo Verde, em 2015, o país adotou uma Carta para o crescimento azul com o impulso da Iniciativa da FAO e o então Ministro das Pescas que chamou a atenção do governo para o projeto e levou à sua adoção. Em 2017, na Conferência da economia azul em Cabo Verde, o governo de São Tomé e Príncipe engajou-se no processo e o novo Governo confirmou o seu compromisso, mantendo um Ministério encarregado da economia azul com uma Unidade de Inteligência Estratégica dedicada a esta promoção da economia azul. A reforma do

novo governo de Cabo Verde trouxe a governança da economia azul de volta ao nível de uma Secretaria Adjunta da Economia Marítima, que pressupõe um intersectorialismo funcional com os outros Ministros, particularmente os responsáveis pelo Meio Ambiente, Turismo, Transporte, Pesca e Energia, Infraestruturas.

Hoje, com experiências internacionais, sucessos e obstáculos observados nos outros países, parece que a tarefa de desenvolver e liderar o processo de transição para a economia azul merece combinar o compromisso ao mais alto nível no modelo de Seychelles, com a identificação específica do domínio da economia azul, promovida por São Tomé e Príncipe, evitando a armadilha de Cabo Verde, onde o Secretário de Estado Adjunto permanece numa posição fraca em comparação com a mobilização de ministros plenos. O vínculo escolhido por São Tomé e Príncipe é mais profícuo, porque representa um triunfo importante para a formulação e promoção da transição da voz do Ministério encarregado do Planeamento e Finanças.

Neste contexto, e à luz dessas de experiências e da vontade do Governo de São Tomé e Príncipe de acelerar a preparação e implementação da transição, propõe-se considerar a nomeação pelo Primeiro Ministro de um Alto-Comissário para a economia azul vinculada ao Ministro responsável pelo Planeamento, Finanças e economia azul e cujo mandato pode ser definido a partir da missão central de preparar o quadro de transição para a economia azul e colocá-lo em implementação através da Estratégia de economia azul, desenvolvida em consulta com a FAO, e desenvolvendo a estrutura de governança e o plano de investimentos com um programa de apoio à transição.

O Alto Comissário para a Transição para a Economia Azul será nomeado para o período 2020-2022. Pode participar no Conselho de Ministros em assuntos relacionados ao seu mandato. Ele apresentará um relatório sob a autoridade do seu Ministro, anexado ao Primeiro Ministro e ao seu Governo.

Terá a missão específica de:

- Definir o processo de transição de acordo com os objetivos nacionais e a estratégia da economia

azul, desenvolvida com a assistência da FAO e adotada em 2019;

- Definir e supervisionar o plano de trabalho da Unidade de Inteligência Estratégica encarregada de apoiar a transição na realização de trabalhos técnicos e estudos setoriais e intersectoriais, desenvolvendo uma cultura da economia azul na direção dos Ministérios;
- Preparar e conduzir o processo de validação do Plano de Investimentos para a economia azul, garantindo a contribuição de todos os setores da economia envolvidos;
- Liderar a promoção do Plano de Investimentos juntamente com o Ministro responsável pelo Planeamento, Finanças e economia azul a parceiros internacionais, agências técnicas e financeiras e de cooperação para garantir o financiamento, inclusive de bancos privados e operadores do setor privado;
- Realizar e acompanhar a voz das autoridades nacionais ao mais alto nível em fóruns e conferências internacionais dedicados aos oceanos, mudanças climáticas, meio ambiente e promoção de acordos e trocas comerciais;
- Preparar até 2022 o projeto de governança nacional da economia azul, considerando as escalas nacional, regional e local e as parcerias internacionais necessárias para reforçar a transição no espaço regional africano.

Entre outras perspectivas, o projeto Economia Azul abordará os seguintes desafios temáticos:

- Liderar a transição energética e aplicá-la específica e principalmente nos setores de pesca e aquicultura, turismo e transporte, avaliando os potenciais de novas fontes oceânicas de energia renovável e desenvolvendo incentivos tarifários propícios a essa transição para permitir investimentos privados (pesca, aquicultura, turismo, transporte). Analisar as necessidades e capacidades em nível das ilhas e do país como um todo para refinar planos de ação e mobilizar capacidade de financiamento;
- Liderar o projeto de proteção coordenada e integral dos ecossistemas costeiros, apoiando a pesca artesanal e costeira, o turismo, a resiliência das comunidades costeiras e o

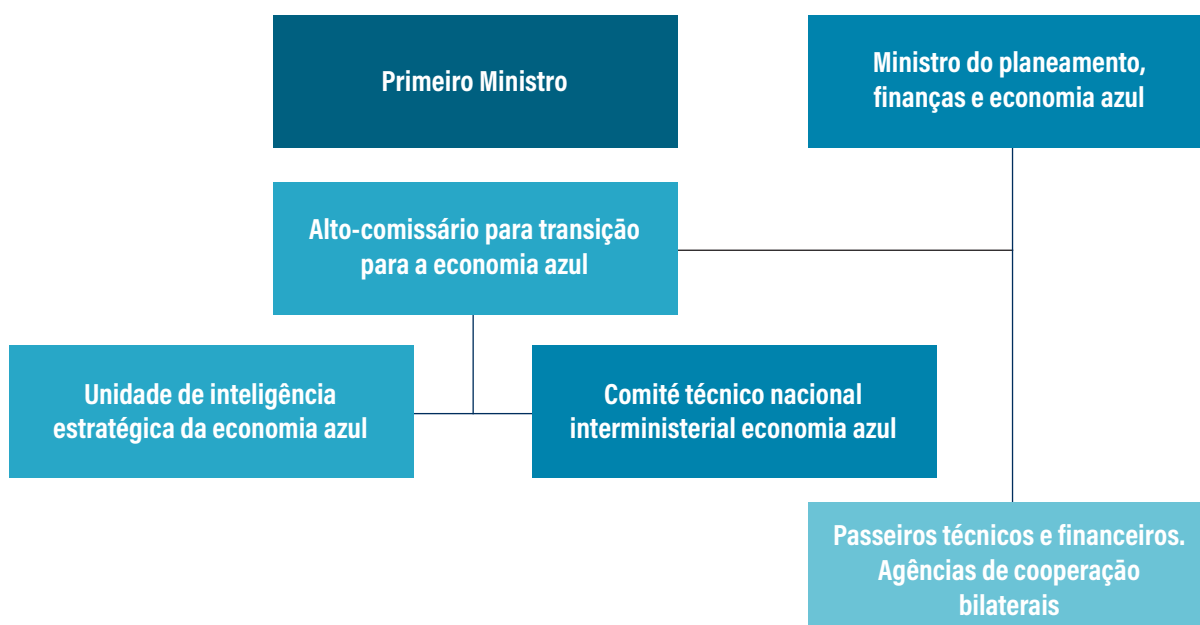
comércio, avaliando o património ambiental nacional como base de apoio ao desenvolvimento de novos mecanismos de financiamento da economia azul (fundos azuis, títulos azuis, serviços contra a natureza ...) com base num forte compromisso do Estado na proteção dos serviços ecossistémicos. Essa demonstração e a força do compromisso do Estado serão a contrapartida necessária para mobilizar novos financiamentos adaptados às obrigações de sobre-endividamento do país;

- Abordar todas as questões de interfaces entre o setor pesqueiro (cadeia de valor), turismo, energia e conservação e proteção de ecossistemas na escala territorial e institucional das ilhas, a fim de desenvolver as ferramentas governança, incluindo o planeamento territorial para a economia azul e o trabalho em convenções e parcerias entre governos centrais e territoriais e entre atores públicos e privados. Esses elementos servirão de base também para a criação de novos mecanismos de financiamento dedicados à economia azul e sua ativação (tributação local, preços discriminatórios dos serviços públicos, fundo azul da diáspora, por exemplo);
- Promover e liderar projetos territoriais na escala regional ou local em ambas as ilhas, desenvolvendo micro-projetos integrados,

inclusivos e multissetoriais para fortalecer a capacidade de abordar o desenvolvimento nesta dimensão, em consonância com as estratégias setoriais (energia, infraestrutura, turismo, ecoturismo, conservação, pesca e aquicultura) e as estratégias dos operadores privados;

- Conduzir um projeto de recuperação de uma cadeia de valor da pesca totalmente voltada para a transformação de um setor nos padrões da economia azul, da captura à valorização, passando pela melhoria da qualidade, rastreabilidade e certificação quando isso for necessário e possível em direção ao mercado local de circuitos curtos, especialmente em direção ao turismo. Apoiar-se nessa mutualização para tirar permanentemente a pesca artesanal do formato informal, no qual quase toda a cadeia de valor persiste, e aumentar a qualidade dos empregos e a participação das partes interessadas da pesca nas regulamentações nacionais e internacionais (co-gestão eficaz);
- Garantir e assegurar a vigilância e prospecção desses territórios marítimos por meio da capacitação e governança intersetorial das instituições estatais que operam nessas áreas de atividade (em particular, Instituto Marítimo e Portuário, Guarda Costeira).

Gráfico 11: Diagrama do alto comissário para a transição para a economia azul



5.2.1. Comité técnico interministerial de economia azul (CTIEA)

O CTIEA congrega os Departamentos ministeriais inerentes à economia azul (Direções gerais ou Direções, Institutos) e tem como função elaborar os documentos de estratégia e de investimento, e de facilitar a elaboração de relatórios de seguimento e avaliação das estratégias e planos de investimento, além de: i) formular as orientações gerais a ter em conta na elaboração da Estratégia da economia azul e do Plano Nacional de Investimento; ii) validar o documento de Estratégia para a economia azul, elaborado pelo Comité Técnico sob a sua supervisão, bem como o Plano de Investimento Plurianual inerente à economia azul; e iii) validar os relatórios de seguimento e avaliação inerentes à implementação destes documentos de estratégia e de investimento. O CTIEA apoia-se na Unidade de Inteligência de estratégia da economia azul (UIEPEA) para o desenvolvimento das suas tarefas e reúne-se no mínimo quatro vezes ao ano.

5.2.2. Unidade de inteligência estratégica para a economia azul (UIEPEA)

Objeto do UIEPEA

- A UIEPEA contribui para a prossecução do processo de implementação da Carta para o crescimento azul no novo contexto institucional em relação ao programa de assistência implementado com a FAO (TCP/STP/3701);
- A UIEPEA constitui a alavanca técnica para liderar o processo de elaboração da Estratégia para a economia azul, do Plano Nacional de Investimento para a economia azul (PNIEA-STP) e do Programa de Promoção da economia azul;

- A UIEPEA tem a responsabilidade de reforçar a animação intersetorial e articula-se com as novas instituições implicadas na economia azul, trabalhando através de mecanismos apoiados pelo programa (ateliês, plataformas, parcerias, partes interessadas e beneficiários);
- A UIEPEA está ligada aos resultados já alcançados no quadro dos apoios da FAO desde 2018, bem como a outros projetos em São Tomé e Príncipe, estando disponível para interagir com outros programas;
- A UIEPEA agirá/procederá nesse contexto afim de evidenciar os aspetos transversais e propor modalidades de coordenação para otimizar as sinergias presentes no programa de ação e que estejam relacionadas com as ações externas em curso, ou em preparação (outros programas e ações de cooperação que abrangem o domínio da EA).

Princípios de funcionamento da UIEPEA

A UIEPEA e o seu funcionamento estão intimamente ligados ao diagnóstico que estabelece os nichos de crescimento azul. O diagnóstico atual deve ser: i) consolidado através de estudos complementares; ii) completado por ação de monitoramento e avaliação; e iii) alargado a outras temáticas através do trabalho das plataformas interinstitucionais e multi-stakeholders para lidar com novas áreas ligadas à economia azul (nomeadamente relacionadas com os setores da energia e transporte).

Papel da UIEPEA

- Criar as condições de realização das ações propostas no diagnóstico e em seguida no diagnóstico atualizado, em conexão com os nichos do crescimento azul;
- Monitorar a implementação das ações e contribuir para a avaliação e partilha das experiências e resultados alcançados. Isto em estreita sinergia com as várias partes interessadas envolvidas, públicas e privadas. Assegurando, simultaneamente, que os resultados dessas ações sejam levados em consideração no processo de promoção e facilitação da economia azul a favor da criação de empresas, empregos e

melhoria dos benefícios sociais e económicos, juntamente com a melhoria dos impactos ambientais;

- Assegurar a comunicação institucional sobre a economia azul para apoiar as instituições públicas na sua comunicação nas suas respectivas áreas (pesca e aquacultura, ambiente, transporte e comércio, energia, portos e infraestruturas, emprego, turismo e ecoturismo). Isto aos níveis local, nacional e internacional. Este trabalho de comunicação deve igualmente ser realizado à escala global a partir de estratégia economia azul.

No espírito da transição ecológica e da teoria da mudança, as evoluções previstas implicam salientar:

- **A capacitação dos atores do setor privado, da sociedade civil e do setor público,** nomeadamente através do fornecimento de informações, formação, comunicação, aprendizagem, incubação e melhoria do ambiente de negócios (financiamento, quadro legal);
- **O carácter transversal e inclusivo** das ações e processos, nomeadamente através da associação das dimensões ambiental, social e económica. Isto envolve promover mudanças comportamentais nas comunidades implicadas, levando à promoção de «comunidades azuis». Estas alinham-se numa lógica de transição para o desenvolvimento sustentável, articulando os objetivos de segurança alimentar, meios de subsistência e proteção da biodiversidade. O objetivo é reforçar as oportunidades de inovação nessas áreas, concentrando-se na evolução do conhecimento (pesquisas e saber fazer), tendo em consideração os valores ambientais e as organizações para agir a favor da transição, das redes sociais e experiências locais;
- **O carácter procedimental e progressivo** das mudanças, o que implica salientar as condições de aprendizagem, de capacitação dos atores e instituições, de mutualização, capitalização e divulgação das experiências, de modo a permitir a verdadeira apropriação social das mudanças (normas, comportamento ...);

- **A necessidade de definir e criar incentivos, medidas voluntárias, guias de boas práticas** baseadas em projetos e territórios que se tornem espaços sociais de experimentação e demonstração (por conseguinte, de possível divulgação) para soluções sustentáveis e inovadoras e que implicam dispositivos institucionais adaptados, levando em conta escalas de ações locais, nacionais, regionais e globais. Este tipo de processo implica a criação de condições institucionais e de capacitação das partes interessadas.

Mandato & Atividades da UIEPEA

A UIEPEA tem por missão elaborar o referencial técnico e institucional para a promoção e monitoramento da economia azul em São Tomé e Príncipe. A UIEPEA deve:

- Ser capaz de divulgar (através de notas para os meios de comunicação social, workshops, sessões de sensibilização dedicadas às comunidades) os princípios ligados ao Crescimento e à economia azul de forma adequada aos diferentes setores de fornecer apoio metodológico para facilitar a apropriação destes princípios pelas partes interessadas (privadas e públicas). Isto implica criar apoio metodológico fornecido à UIEPEA uma vez constituída, a implementação de uma base bibliográfica e de interconexões com os países incluídos no Pacote Africano e em ligação com as Organizações de que São Tomé e Príncipe faz parte (COREP, COMAFHAT, COPACE, CEEAC, UA, Agência das Nações Unidas, etc.);
- Dispor de uma rede de competências mobilizáveis para a implementação dos elementos estratégicos adotados pelo Governo. Esta rede terá que ser mantida e alargada à medida que são implementadas as ações e alargados os setores associados;
- Ser informado das ações ou projetos com potenciais interações com a economia azul. Este aspecto implica que a UIEPEA tenha um forte reconhecimento institucional, materializado, se necessário, através de convenções estabelecidas em matéria de trocas de informação, participação em ateliês setoriais e instâncias ou trabalhos de prospecção.

Tabela 8: Implementação de uma abordagem

INTEGRADA	Facilitar a pilotagem e as sinergias na lógica do desenvolvimento sustentável.
INCLUSIVA	Levar em conta as dimensões social, cultural e de equidade incorporando as preocupações de género.
POSITIVA	Representação desejada das relações ambientais que implica oportunidades de crescimento e financiamento (Pagamento relativo aos Serviços Ecossistémicos, por exemplo, sistema de financiamentos adaptados).
PARTICIPATIVA	Envolver e sensibilizar os atores para integrar a sua percepção e reforçar as suas capacidades institucionais.
RACIONAL	Estruturação e partilha de informações, através do desenvolvimento voluntário de uma cultura de avaliação.

Funções & Setores de atividade

A) Trabalho em rede, integração e sinergias.

- A1.** Animação intersetorial entre ministérios, instituições de diferentes áreas, membros da sociedade civil através da animação de plataformas de conversação/troca, ligação em rede de projetos e atores de acordo com temas ligados à economia azul;
- A2.** Coordenação multi-escala para integrar a heterogeneidade das ilhas, o que implica missões no terreno e a criação de agentes multiplicadores nas ilhas;
- A3.** Apoio através da criação de grupos de trabalho para:
 - Partilhar experiências e sucessos, criando um processo de capitalização e estudando as condições de transferência destas experiências bem-sucedidas;
 - Reforçar as capacidades e práticas de concertação e participação das partes interessadas e populações (guias, formações levando em conta os métodos de avaliação diretos e participativos);
 - Garantir a coerência das ações de formação e apoio ao desenvolvimento social e económico, identificando novas necessidades de formadores, animando uma reflexão sobre a definição de referenciais e de um sistema de certificação que permita a profissionalização dos intervenientes e beneficiários.

B) Contribuição e mobilização de conhecimentos e competências.

- B1.** Formulação de pareceres de peritos e avaliações prospectivas, através de notas

de sínteses ou documentos de orientação relativos a diagnósticos ex-ante ou a balanços ex-post;

- B2.** Assessoria e apoio metodológico para incentivar a implementação de inovações metodológicas;
- B3.** Assistência na estruturação dos dados, através da harmonização dos monitoramentos entre as comunidades (dimensão espacial) ou entre os setores (dimensão intersetorial) e através da constituição de contas públicas da economia azul e de indicadores de desenvolvimento;
- B4.** Gestão de projetos para estudos “quadro” e estudos estratégicos, através da participação na definição dos termos de referência dos estudos ou projetos e animação do comité de pilotagem para o acompanhamento dos estudos e projetos;
- B5.** Divulgação de uma cultura de avaliação e monitoramento através da realização de formações e dinamização de uma plataforma interinstitucional para partilha de experiências, e apoio na elaboração dos métodos de acompanhamento e avaliação.

C) Desenvolvimento de missões de comunicação e sensibilização.

- C1.** Sensibilização dos atores e organizações, em relação ao seu papel de ponto focal para a economia azul;
- C2.** Promoção e comunicação sobre o tema da economia azul para diferentes alvos: instituições, chefes de empresas e empresários, turistas, escolas e cidadãos, através de várias

ferramentas, incluindo a gestão de um site Web (em várias escalas de acordo com as ilhas, municípios e instâncias nacionais);

C3. Redação de “playdoyers” para instituições públicas para a promoção da economia azul em eventos e iniciativas nacionais ou internacionais (CEEAC, COFI-FAO, COP, Conferência SIDS, Diálogo UA, Parceiros de Desenvolvimento).

D) Realização de ações de programação e governança.

D1. Seguimento do processo de Economia Azul através da elaboração de um relatório anual;

D2. Apoio à programação e coordenação dos financiadores.

5.3. Mecanismo potencial de financiamento de economia azul

Além da importância da visão das partes interessadas, o acesso ao financiamento é uma limitação para o desenvolvimento da economia azul. Perante este desafio, existem novas abordagens para mobilizar o investimento privado e a ajuda ao desenvolvimento. O Quadro Estratégico é propício para uma primeira identificação detalhada dessas ferramentas financeiras para incentivar o governo a trabalhar na sua aplicabilidade.

Para a promoção da economia azul é necessário analisar a pertinência de investimentos em infraestruturas, necessidade de melhoria da funcionalidade das existentes através de PPP, conservação, investigação e desenvolvimento, reforço das capacidades institucionais e humanas, assim como partilha de informações e desenvolvimento de conhecimento. O Plano Nacional de Investimento do Economia Azul deverá reflectir sobre esses elementos de financiamento.

Existem também oportunidades para aumentar os recursos públicos disponíveis, bem como o

financiamento e investimento do setor privado em iniciativas de economia azul. O aumento do pacote de recursos para iniciativas de economia azul também requer novas abordagens para alavancar os fundos existentes para o financiamento do desenvolvimento. Pode também exigir a produção e controlo de novos instrumentos, bem como uma boa articulação entre os vários subsistemas. A integração das instituições de micro-finanças será importante para a promoção da inclusão financeira e o alargamento do acesso das comunidades e dos pequenos empreendedores, à diversificação dos produtos e serviços, bem como para a transição do setor informal para o formal.

Novas fontes de financiamento que surgiram incluem a cooperação Sul-Sul, fundos climáticos internacionais e investimentos de impacto. Enquanto isso, uma série de instrumentos e ferramentas financeiras muito mais sofisticadas e sólidas estão a ser desenvolvidas em alguns países, cujas lições devem ser retidas: as modalidades conjuntas de financiamento de títulos verdes (ou azuis), passando por títulos de impacto social e sobre o desenvolvimento, conversões da dívida-natureza e títulos da dívida do governo. A maior consciência do risco e exposição a potenciais riscos ambiental e social para consideração têm encorajado muitos investidores a valorizar a gestão racional dos recursos naturais, o que implica um fluxo crescente de investidores interessados nas actividades em que o desenvolvimento está em sintonia com a sustentabilidade.

Para aproveitar essas novas oportunidades, os setores público e privado precisam associar-se, agrupar as suas finanças e partilhar suas capacidades, conhecimentos e abordagens.

Ao longo do processo de elaboração do Quadro Estratégico para a economia azul as operadoras tiveram contato com os nichos de crescimento azul, mas há necessidade de maior sensibilização e o suporte financeiro requer mais informações e análises de risco mais detalhadas. Isso explica que até à data, no entanto, a maioria dos investimentos direccionados para a saúde do oceano apoiaram-se,

em grande medida, nos bancos de desenvolvimento bilateral e multilateral para assumir o risco inicial associado. A questão do aumento dos custos iniciais para os retornos, que não beneficiam imediatamente os investidores, também é um obstáculo. Isto sublinha a necessidade de assegurar que São Tomé e Príncipe mantenha o acesso a fundos públicos concessionais da comunidade internacional e dos bancos multilaterais de desenvolvimento.

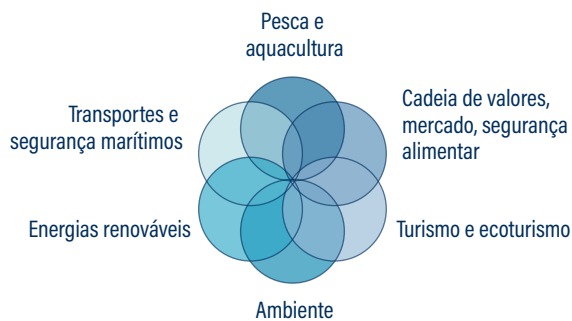
É neste contexto que apresentamos, no Gráfico abaixo, os vários modelos inovadores de

financiamento da economia azul. Porém, a análise da aplicabilidade desses financiamentos inovadores para orientar os investimentos em atividades económicas suscetíveis de melhorar a saúde dos oceanos, podem ser consultados no anexo 2 da presente estratégia.

Numa primeira fase espera-se mais mobilização de investimentos do setor público (pesquisa, vigilância, cadeia de valor, educação) para demonstrar que esses investimentos servem para criar uma base sólida, permitindo investimentos privados sem grandes riscos.

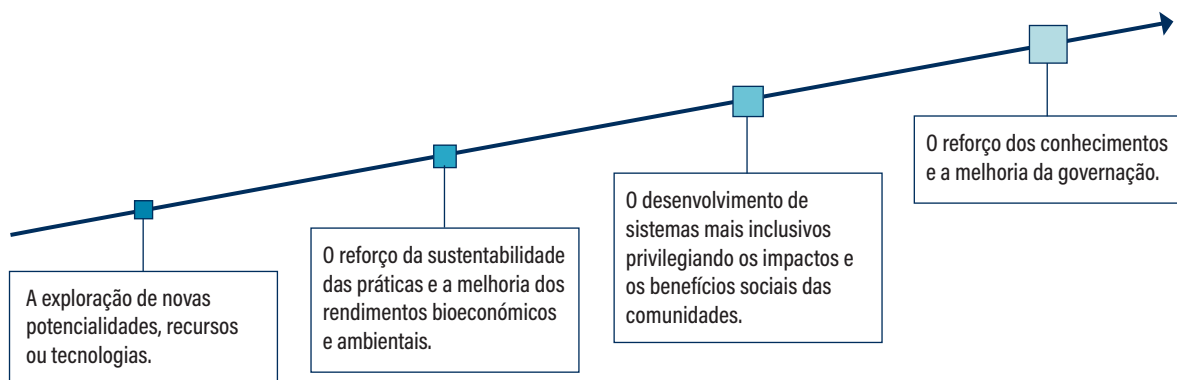
5.4. As ações setoriais prioritárias e os nichos potenciais do crescimento azul

Gráfico 12: As áreas temáticas identificadas para o crescimento azul



O cruzamento das áreas temáticas identificadas com os domínios de intervenção selecionados, conformam a matriz abaixo que nos indica os potenciais nichos e as respetivas carteiras de ações a levar a cabo. A matriz abaixo apresentada visa levar o país para uma trajetória de crescimento sustentável com orientações específicas sobre questões e oportunidades setoriais; impactos sociais e potenciais questões ambientais; uma estrutura geral de políticas e governação; a identificação de arbitragens potenciais; com destaque para as necessidades de dados e formas de preenchê-las (Anexo).

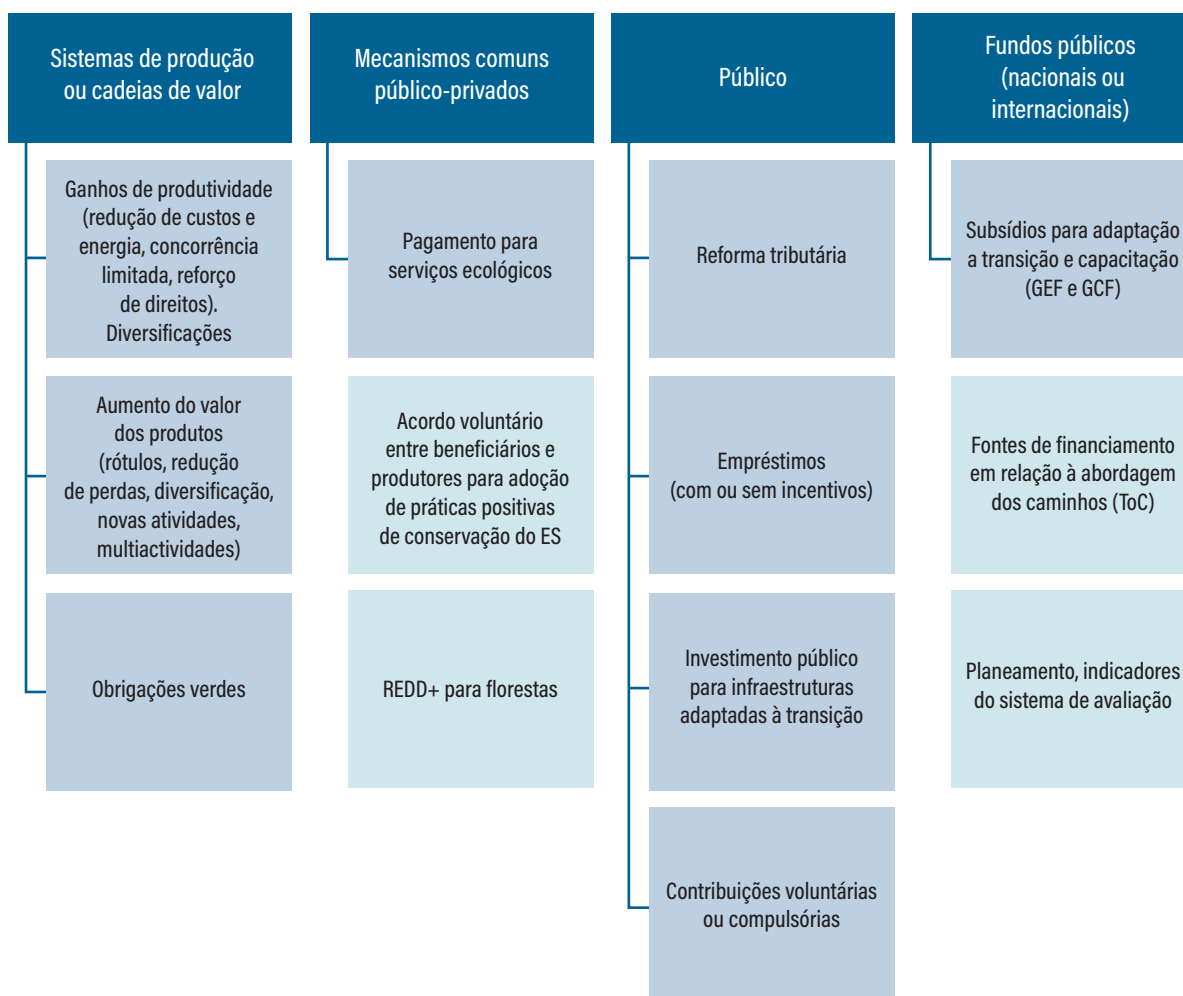
Gráfico 13: Para cada uma das áreas temáticas, no quadro do crescimento azul, selecionamos quatro temas de intervenção





© Pexels/Peter Simmons

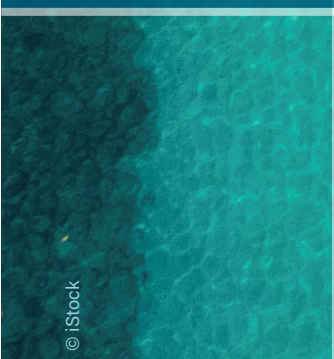
Gráfico 14: Novos mecanismos de financiamento e mobilização de recursos



6.

Próximos

passos

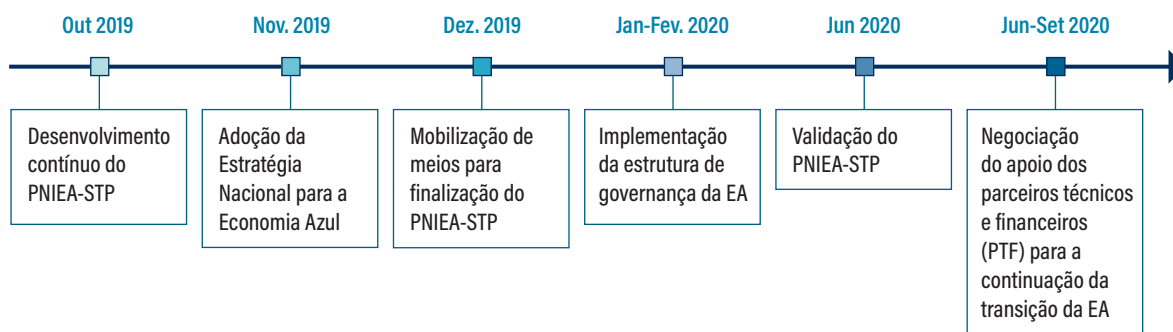


© iStock

© FAO/Joséphine Catanzano

Os próximos passos na implementação da estratégia estão condicionados à implementação da estrutura de governança (consulte a proposta desenvolvida no documento). Com base nessa estrutura de governança, o processo de implementação pode estar associado ao lançamento da preparação do Plano Nacional de Investimentos e à formalização de um programa para promover a economia azul.

As ações necessárias para a implementação da estratégia podem, de acordo com essas prioridades, ser definidas da seguinte forma:²



O Plano nacional de investimento da economia azul para São Tomé e Príncipe (PNIEA-STP) deve reunir projetos de investimento que sejam consistentes com os objetivos estratégicos nacionais de São Tomé e Príncipe e com o Documento de Estratégia para a economia azul, desenhado em 2019 ao pedido do Governo santomense, representado pelo Ministro do Planeamento, Finanças, e economia azul.

Entre as áreas de investimento selecionadas, estão aquelas relacionadas com os nichos de crescimento azul identificados de acordo com os ODS e que se referem particularmente aos seguintes setores: pesca e aquicultura, turismo e ecoturismo, o meio ambiente (ecossistemas e recursos naturais, biodiversidade), o setor de energia renovável, a consideração de infraestruturas costeiras (incluindo portos), o setor de transporte marítimo e a questão do desenvolvimento costeiro numa visão planeada, incluindo a estrutura de ocupação da zona costeira e infraestruturas de acesso para o desenvolvimento de cadeias de valor e melhoria dos meios de

subsistência das comunidades dependentes dos recursos oceânicos.

A economia azul, vista em São Tomé e Príncipe, deve trazer progresso na criação sustentável de riqueza, valores e rendimento para a economia nacional e sua população, mas também melhorar o seu bem-estar social através condições que lhes permitam garantir o acesso a recursos, empregos, educação e conhecimento; deve também contribuir para a boa saúde dos ecossistemas aquáticos, oceânicos e costeiros e mitigar os riscos relacionados às mudanças climáticas e outras atividades humanas.

Por esses motivos e em consonância com esses objetivos, cada um dos investimentos selecionados no PNIEA-STP, além do seu próprio desempenho em termos de desempenho técnico e económico, deve contribuir positivamente para os objetivos do programa, no âmbito da economia azul (económica, social e ambiental). Para a sua garantia, indicadores específicos foram propostos

² O guia prático para o desenvolvimento da economia azul em África (Nações Unidas, Comissão Económica para a África, 2016. A economia azul na África: um guia prático. Addis Abeba), define o processo e passos para o desenvolvimento e implementação de uma política de economia azul, que está estruturado em torno de sete etapas principais, desde a definição do programa até a conscientização dos principais interessados no acompanhamento e avaliação da política.



para ajudar a selecionar e organizar projetos de investimento prioritários. Implica também que esses projetos de “economia azul” sejam implementados, monitorados e avaliados de acordo com novas modalidades, como parte de uma estrutura e governança adaptada.

Além disso, e quando promovemos uma mudança de paradigma, devemos ter em consideração as necessidades de comunicação, educação e conscientização, tanto para os atores da sociedade civil como para os envolvidos em instituições nacionais, centrais e locais (distrito e comunidades e associações profissionais, por exemplo).

Também devemos trabalhar na adaptação da estrutura, princípios e mecanismos de governança existentes, porque a transição para objetivos intersetoriais por meio do desenvolvimento de investimentos multi-objetivos pressupõe uma governança que seja também adaptada. São Tomé e Príncipe encontra-se felizmente envolvido nessa transição desde 2017 e tem atualmente um ministério reconhecendo explicitamente esse compromisso (Ministério do planeamento, finanças e economia azul), além de um corpo técnico dedicado.

Mas, para o efeito é também suposto que as ferramentas de monitoramento, avaliação e medição dos desempenhos da economia azul sejam também desenvolvidas, tendo em vista as apostas da sustentabilidade, tomando em

consideração os benefícios sociais, económicos e ambientais, tanto para o benefício da população nacional como para o benefício da economia nacional, de acordo com os princípios de equidade desses territórios (ilhas, distritos, comunidades populares) e igualdade de género.

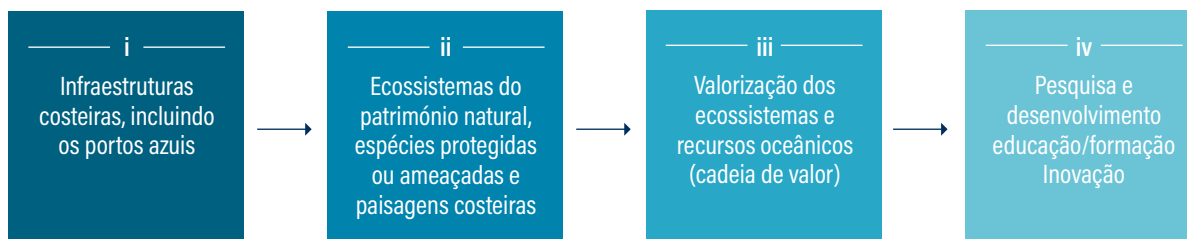
Para colocar o PNIEA-STP no quadro de referência nacional e na perspetiva da sua sustentabilidade e desempenho, tornar-se-á necessário rever o quadro de referência macroeconómica e ambiental antes de definir as áreas de investimento que devem ser atendidas, que deverá servir para estruturar os projetos formulados por atores e instituições nacionais de acordo com os critérios estabelecidos para a sua seleção. Em seguida, os projetos serão apresentados e as modalidades operacionais do PNIEA-STP serão discutidas em relação a um programa de apoio, que abrangerá um conjunto de componentes necessárias para a continuação e o reforço do processo de transição que contribuirá para garantir o desempenho do programa. PNIEA-STP.

Estruturando o PNIEA-STP

O PNIEA-STP será desenvolvido, considerando que é um primeiro plano de investimento dedicado especificamente à economia azul. Como resultado, alguns dos projetos selecionados serão de:

- Alvo das necessidades de adaptação das infraestruturas ou das cadeias de valor da pesca (adaptação e reabilitação da infraestrutura portuária, mercados físicos, locais naturais,

Gráfico 15: Componentes de investimento que estruturam o PNIEA-STP



ecossistemas e recursos marinhos). O objetivo desse primeiro grupo de necessidades de investimento é adaptar alguns dos elementos contextuais para permitir a transição para a economia azul.

- outras partes do PNIEA-STP poderão perseguir um objetivo de revisão dos projetos formulados anteriormente, mas com uma visão anterior à economia azul. Pelo contrário, da perspetiva da economia marítima. Nesse caso, trata-se de repensar sobre esses projetos de investimento já planeados para alinhá-los à economia azul.
- Finalmente, o último elemento de composição do PNIEA-STP, investimentos novos e específicos são totalmente definidos de acordo com os objetivos e critérios relativos à economia azul. No final, isso fornece uma composição do PNIEA-STP que combina esses três elementos e é definida como mostrado no gráfico acima.

Para cada uma dessas três componentes, as possíveis áreas de investimento são comuns e podem ser expressas da seguinte forma: cadeia de valor, pesca e aquicultura, turismo e ecoturismo, portos e infraestruturas costeiras, atividades de conservação e proteção ambiental, energias renováveis, transporte, pesquisa e desenvolvimento, educação e formação, segurança marítima, ações de adaptação e mitigação em relação aos riscos das mudanças climáticas.

Em termos intersetoriais, podem ser encontrados nos projetos de investimento propostos para o PNIEA, dentre os quais estão resumidos no gráfico acima.³

No final, todos os elementos identificados permitirão estruturar o PNIEA-STP de acordo com as quatro componentes de investimento estabelecidas na figura abaixo, a saber: i) infra-estruturas costeiras, incluindo portos; ii) património natural (ecossistemas, recursos naturais, e paisagens costeiras); iii) avaliação de ecossistemas e recursos oceânicos; iv) pesquisa e desenvolvimento, educação e promoção, adoção de inovações.

Metodologia proposta para a sua elaboração e cronograma

Os projetos de investimento serão selecionados por três canais diferentes, mas com base no mesmo formulário de formulação do projeto proposto pela equipa de Economia Azul da FAO (TCP/STP/3701) e cujas secções serão informadas, conforme especificado no gráfico acima.

Três canais de formulação e identificação de arquivos do projeto foram ativados:

- Um primeiro canal de identificação desses cartões será ativado por meio de uma carta dirigida a todos os presidentes das Câmaras Distritais, com a assinatura do Ministro responsável pela economia azul.

³ Quando as atividades e os setores da pesca (todas as categorias de pesca) são considerados nessas interações, as preocupações ambientais são de facto levadas em consideração em termos dos impactos nos ecossistemas explorados, do significado atribuído à pesca responsável, dos efeitos sobre a biodiversidade, em recursos ameaçados. Por outro lado, a proteção dos ecossistemas (meio ambiente) e os efeitos das mudanças climáticas exigem que os efeitos sobre a pesca sejam também levados em consideração. As interações entre a energia e os setores produtivos ou o turismo, transporte e comércio estão também sistematicamente ligadas além dos projetos *sensu-stricto* sobre os novos recursos energéticos e gerando efeitos positivos, principalmente para o clima.

- As mesmas folhas para a formulação de projetos serão compartilhadas com as instituições dos setores da economia azul, a fim de reunir as suas propostas.
- Finalmente, as mesmas fichas de formulação podem ser disponibilizadas para operadores privados e ONGs.

Para todas as pessoas ou instituições envolvidas, o suporte será fornecido pelo consultor nacional principal que é membro da equipa do projeto TCP/STP/3701. Serão organizadas reuniões de informação para auxiliar na apropriação e utilização deste material de identificação de projetos.

Finalizar a preparação do primeiro PNIEA-STP

Para a finalização da versão 1 do PNIEA-STP (atividades 7 a 11), serão necessários meios adicionais de assistência para estabelecer uma

equipa da Fase II para a formulação dos projetos consolidados de EA com o apoio dos especialistas em consultoria nas seguintes áreas especializadas:

- Energia renovável;
- Impactos ambientais;
- Impactos sociais;
- Infraestrutura portuária e turismo da cadeia de valor, pesca, aquicultura, ecoturismo, atividades náuticas portuárias, transporte marítimo;
- Analista financeiro de projetos de investimento.

Para esses meios são adicionados os seguintes elementos:

- Workshop de consulta para o reforço técnico dos projetos selecionados no PNIEA-STP versão 1 (dezembro de 2019);
- Projeto Nacional de Validação para PNIEA-STP Versão 1 (junho de 2019);
- Mesa-redonda com parceiros técnicos e financeiros (junho de 2019).







7.

Plano de

Ação

© FAO/ Joseph Catanzano

© iStock

O caminho a seguir para o desenvolvimento e implementação dessa estratégia de transição para a economia azul em São Tomé e Príncipe, requer ações integradas criteriosas, acompanhadas de medidas de apoio (sistemas de comunicação e sensibilização, capacitação, dados e apoio à decisão, cooperação nacional, regional e internacional, mobilização de recursos, etc.).

Por conseguinte, o Plano de Ação tomou em consideração o contexto macroeconómico, análises setoriais, arbitragens preliminares e governação. O Plano de Ação foi desenvolvido com base nas necessidades setoriais e levando em consideração as interseções entre vários setores, com destaque para as especificidades e o valor agregado da economia azul. Os quadros 17 e 18 a seguir detalham respectivamente as áreas setoriais levadas em consideração e os campos de intervenção preferidos e as questões intersetoriais que legitimam os objetivos da economia azul.

O Plano de Ação está organizado de forma a obter resultados, de curto, médio e longo prazo para governação, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento económico e social. Os papéis e as responsabilidades das diferentes partes interessadas são identificados tendo em conta as capacidades e recursos que podem ser mobilizados. Ações de capacitação são também propostas para ter em conta (Anexo 2).

Tabela 9: Áreas setoriais e campos de intervenção por plano de ação

PESCA E AQUACULTURA	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exploração de novas potencialidades e recursos no setor de pesca e aquacultura através de uso de novas tecnologias; ■ Reforço da sustentabilidade das práticas de captura e melhoria de rendimento da plataforma; ■ Inclusão das comunidades azuis nos processos de desenvolvimento da pesca e aquacultura; ■ Aprofundamento do conhecimento das atividades de pesca e aquacultura com vista a melhorar a governação.
CADEIA DE VALORES, MERCADO, SEGURANÇA ALIMENTAR	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exploração de novas potencialidades e recursos na cadeia de valores, através de uso de novas tecnologias; ■ Reforço da sustentabilidade em todo o processo de cadeia de valor; ■ Inclusão das comunidades azuis em todo processo de cadeia de valor, incluindo segurança alimentar; ■ Aprofundamento do conhecimento das atividades dos processos de criação de cadeia de valor.
TURISMO E ECOTURISMO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exploração de novas potencialidades turísticas; ■ Reforço da sustentabilidade da atividade turística e melhoria do rendimento; ■ Desenvolvimento e implementação de um sistema de inclusão das comunidades onde se instale uma atividade turística; ■ Aprofundamento do conhecimento sobre o turismo como fator de desenvolvimento para melhorar a governação.
AMBIENTE E BIODIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exploração de novas potencialidades na Economia do Ambiente; ■ Reforço da sustentabilidade ambiental; ■ Inclusão das populações nas políticas ambientais; ■ Reforço do conhecimento para a melhoria da Governação.
ENERGIAS RENOVÁVEIS	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exploração de novas potencialidades nas energias renováveis; ■ Reforço da sustentabilidade no processo de desenvolvimento de energias renováveis; ■ Inclusão das populações nas políticas de energias renováveis; ■ Reforço do conhecimento para a melhoria da Governação.
TRANSPORTES E SEGURANÇA MARÍTIMOS	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exploração de novas potencialidades nos transportes marítimos; ■ Reforço da sustentabilidade no processo de desenvolvimento de transportes e segurança marítimos; ■ Inclusão das populações nas políticas de transportes e segurança marítimos; ■ Reforço do conhecimento para a melhoria da Governação.

Anexo 1

Área de pesca e aquacultura

Nicho	Exploração de novas potencialidades e recursos no setor de pesca e aquacultura através de uso de novas tecnologias	Reforço da sustentabilidade das práticas de captura e melhoria de rendimento da plataforma	Inclusão das comunidades azuis nos processos de desenvolvimento da pesca e aquacultura	Aprofundamento do conhecimento das atividades de pesca e aquacultura com vista a melhorar a governação
<p>Ações a ter em conta</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Criar as condições para o arranque da aquacultura em STP, identificando zonas propícias para o efeito, e emitindo a respectiva licença; ■ Reforçar a pesca semi-industrial; ■ Assinar acordos de cooperação com os países vizinhos de forma que os nossos barcos possam pescar nas suas respectivas ZEE; ■ Dinamizar/construir infraestruturas de apoio à pesca (porto de neves); ■ Estudar a forma de melhorar a captura e comercialização de tunídeos (mercado para turismo local e hotéis, envolvendo certificação/transporte/processamento); ■ Elaborar um estudo de viabilidade sobre a produção local de farinha de peixe para alimentação animal; ■ Proteger as zonas de captura para pesca artesanal (motores para novas zonas acessíveis, DCPs costeiros, etc.); ■ Delinear estratégias de exploração de pesca, que seja realizada através de acordos. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Legislar sobre as condições de realização da atividade de pesca e aquacultura; ■ Proceder a testes de criação de espécies autóctones e não só para o desenvolvimento e aquacultura; ■ Dinamizar o setor de inspeção de pesca e aquacultura; ■ Criar áreas especialmente protegidas; ■ Explorar bancos de moluscos (lulas e polvos); ■ Substituir embarcações (canoas) de madeiras pelas de materiais mais amigos do ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Reforçar o papel das ONGs na organização das comunidades azuis; ■ Envolver grupos de trabalho para identificar de participação do setor privado no desenvolvimento de aquacultura; ■ Promover as associações locais (sobretudo femininas); ■ Garantir o acesso aos serviços básicos (água potável, saúde educação e transporte e comunicação); ■ Criação de infraestrutura de apoio ao desembarque, conservação comercialização (postos de venda) do produto da pesca artesanal. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Atualizar os estudos sobre as espécies existentes na plataforma de STP; ■ Promover a realização de estudos sociológicos sobre as populações azuis de STP; ■ Promover estudos sobre aquacultura; ■ Interagir permanentemente com as ONGs no terreno; ■ Reservar no quadro do planeamento do território os locais considerados favoráveis à aquacultura; ■ Estabelecer as relações com as universidades, particularmente a pública para introduzir nos seus currículos cadeiras inerentes ao setor; ■ Criar uma escola de pescas, com cursos para pescadores, para permitir a profissionalização da classe; ■ Capacitar os pescadores e palaiês; ■ Apostar na comunicação e sensibilização das comunidades litorais, para proteger espécies marinhas e minimizar a sobre-exploração dos estoques pesqueiros.

Área de cadeia de valores, mercado, segurança alimentar

Nicho	Exploração de novas potencialidades e recursos na cadeia de valores, através de uso de novas tecnologias	Reforço da sustentabilidade em todo o processo da cadeia de valor	Inclusão das comunidades azuis em todo processo da cadeia de valor, incluindo segurança alimentar	Aprofundamento do conhecimento das atividades dos processos de criação de cadeia de valor
Ações a ter em conta	<ul style="list-style-type: none"> ■ Criar novos produtos e serviços para introduzir na cadeia de valor; ■ Identificar novas formas de transformação e conservação de produtos locais; ■ Melhorar a rede pública de prestação de serviços (mercado, vias de transporte, rede de transportes, entre outras); ■ Realizar estudos sobre as potencialidades de desenvolvimento de fábricas de farinha para valorização dos resíduos; ■ Reforçar as condições de acreditação das instalações para abastecer os mercados dos hotéis turísticos e as exportações. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Reduzir o consumo de derivados de materiais lenhosos na conservação de produtos; ■ Elaborar e/ou disseminar estudos das cadeias de valor visando identificar pontos para melhorar a comercialização; ■ Sensibilizar (capacitar) as comunidades azuis sobre a importância da higiene na valorização dos produtos e serviços; ■ Promover formações em profissões marítimas, coordenando a oferta das formações na área das boas práticas sanitárias e de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Reforçar os mecanismos de micro-financiamento e crédito a pequenas e micro-empresas e associações profissionais (com ênfase naquelas lideradas por mulheres); ■ Criar um mecanismo de monitorização dos preços nos vários mercados e do consumo em termos de segurança alimentar; ■ Apoiar os projetos nas comunidades piscatórias e melhor integrar o setor da pesca nas ações realizadas no quadro dos projetos ligados à pobreza e os meios de existência;; ■ Estudar as possibilidades de desenvolvimento de novos produtos resultantes da valorização de resíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mobilizar as ONG e as cooperativas no processo do conhecimento da cadeia de valor, mercado, segurança alimentar; ■ Reforçar o quadro de registo dos intervenientes no setor; ■ Dinamizar os controlos da qualidade sanitária dos produtos; ■ Criar um sistema de seguimento dos mercados e uma base de dados dos fluxos, dos preços e dos intervenientes na comercialização; ■ Reforçar a relação entre a Direção das Pescas e o INE; ■ Promover ações de promoção do consumo e da qualidade nutricional dos produtos do mar; ■ Incentivar o consumo de peixe fora de casa (cantinas).

Área de turismo e ecoturismo

Nicho	Exploração de novas potencialidades turísticas	Reforço da sustentabilidade da atividade turística e melhoria do rendimento	Desenvolvimento e implementação de um sistema de inclusão das comunidades onde se instale uma atividade turística	Aprofundamento do conhecimento sobre o turismo como fator de desenvolvimento para melhorar a governação
<p>Ações a ter em conta</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Identificar as potencialidades de desenvolvimento do ecoturismo nas duas ilhas; ■ Promover e desenvolver profissões ligadas ao ambiente; ■ Desenvolver o transporte inter-ilhas e de estruturas de acolhimento do ecoturismo; ■ Proceder ao inventário e fazer o seguimento das receitas tradicionais ligadas ao peixe. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Clarificar o papel das instituições na promoção do Turismo; ■ Delimitar as áreas de construção de instalações turísticas nas zonas ribeirinhas; ■ Fiscalizar o cumprimento das regulamentações turísticas; ■ Diversificar a oferta turística a favor de produtos de ecoturismo ou de turismo desportivo; ■ Elaborar estudos sobre as possibilidades de gestão e redução dos resíduos ligados à atividade turística; ■ Identificar as profissões de referência e implementação de formações apropriadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Formar a população a todos os níveis de conhecimento do turismo, particularmente do ecoturismo; ■ Profissionalizar as atividades ligadas ao Ecoturismo; ■ Desenvolver uma plataforma de informação e de apoio à reconversão em atividades de ecoturismo e à valorização de produtos típicos; ■ Sensibilizar os intervenientes do sector primário sobre as potencialidades e práticas de ecoturismo; ■ Inventariar as ações de comunicação para valorizar os recursos patrimoniais locais, nomeadamente em ligação com o ecoturismo. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Reforçar a formação de quadros das diversas instituições que lidam com o turismo, em particular o ecoturismo; ■ Incluir no currículo de todos os níveis de ensino no País, matérias ligadas ao ecoturismo; ■ Implementar a monitorização das visualizações (tartarugas, observação de baleias, ...); ■ Reforçar a regulação de práticas de ecoturismo através de uma regulação específica; ■ Coordenar as ações de formação e de sensibilização ligadas ao ecoturismo; ■ Criar uma estratégia de promoção do ecoturismo; ■ Elaborar um plano de desenvolvimento do ecoturismo (actividades, zonas, acesso a crédito, formações...).

Área de ambiente e biodiversidade

Nicho	Exploração de novas potencialidades na Economia do Ambiente	Reforço da sustentabilidade ambiental	Inclusão das populações nas políticas ambientais	Reforço do conhecimento para a melhoria da Governação
Ações a ter em conta	<ul style="list-style-type: none"> ■ Identificar as potencialidades de desenvolvimento do ecoturismo nas duas ilhas; ■ Promover e desenvolver profissões ligadas ao ambiente; ■ Desenvolver o transporte inter-ilhas e de estruturas de acolhimento do ecoturismo; ■ Proceder ao inventário e fazer o seguimento das receitas tradicionais ligadas ao peixe; ■ Proceder à gestão racional do Parque Nacional Obô para garantir a sua sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Clarificar o papel das instituições na promoção do Turismo; ■ Delimitar as áreas de construção de instalações turísticas nas zonas ribeirinhas; ■ Fiscalizar o cumprimento das regulamentações turísticas; ■ Diversificar a oferta turística a favor de produtos de ecoturismo ou de turismo desportivo; ■ Elaborar estudos sobre as possibilidades de gestão e redução dos resíduos ligados à atividade turística; ■ Identificar as profissões de referência e implementação de formações apropriadas; ■ Elaborar estudos sobre alternativas à utilização da areia da praia para construção; ■ Elaborar o Estudo Geológico das Zonas de Influência do Mar para determinar as zonas passíveis de dragagem. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Formas as populações em todos os níveis de conhecimento do turismo, particularmente do ecoturismo; ■ Profissionalizar as atividades ligadas ao Ecoturismo; ■ Desenvolver uma plataforma de informação e de apoio à reconversão em atividades de ecoturismo e à valorização de produtos típicos; ■ Sensibilizar os intervenientes do setor primário sobre as potencialidades e práticas de ecoturismo; ■ Inventariar as ações de comunicação para valorizar os recursos patrimoniais locais, nomeadamente em ligação com ecoturismo. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Reforçar a formação de quadros das diversas instituições que lidam com o turismo, em particular o ecoturismo; ■ Incluir no currículo de todos os níveis de ensino no País, matérias ligadas ao ecoturismo; ■ Implementar a monitorização das visualizações (tartarugas, observação de baleias, ...); ■ Reforçar a regulação de práticas de ecoturismo através de uma regulação específico; ■ Coordenar as acções de formação e de sensibilização ligadas ao ecoturismo; ■ Criar uma estratégia de promoção do ecoturismo; ■ Elaborar um plano de desenvolvimento do ecoturismo (actividades, zonas, acesso ao crédito, formações...); ■ Elaborar um estudo sobre o impacto do aumento da população e a pressão sobre a sua utilização dos recursos; ■ Papel do Planeamento Familiar na Economia; ■ Elaborar um estudo sobre o crescimento da População e o Rendimento per capita.

Área de Energias renováveis

Nicho	Exploração de novas potencialidades nas energias renováveis	Reforço da sustentabilidade no processo de desenvolvimento de energias renováveis	Inclusão das populações nas políticas de energias renováveis	Reforço do conhecimento para a melhoria da Governação
Ações a ter em conta	<ul style="list-style-type: none"> ■ Identificar os tipos de energias renováveis que podem ser implementadas no país; ■ Concluir o projeto do Rio Contador; ■ Elaborar cadernos de encargos para energias renováveis e realizar uma oferta pública para o efeito; ■ Dar resposta, com brevidade, a todas as propostas de investimentos privados nesta matéria. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Criar um quadro regulamentar para a atividade de produção privada de energia (incentivos para as energias renováveis). 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Criar sistemas de energia por comunidades e geridas pelas comunidades através dos pequenos riachos existentes em STP; ■ Criar um sistema de tarifas para zonas rurais e ribeirinhas (deve cobrir o custo de produção). 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Avaliar o potencial da biomassa como fonte de energia nas comunidades; ■ Realizar estudos e avaliar o impacto do uso da lenha e carvão lenhoso no processo de fumagem do peixe e de utilização dos alimentos pelas comunidades.

Área de Transportes e segurança marítimos

Nicho	Exploração de novas potencialidades nos transportes e segurança marítimos	Reforço da sustentabilidade no processo de desenvolvimento de transportes e segurança marítimos	Inclusão das populações nas políticas de transportes e segurança marítimos	Reforço do conhecimento para a melhoria da Governação de transportes e segurança marítimos
Ações a ter em conta	<ul style="list-style-type: none"> ■ Expandir e modernizar o porto de Ana chaves; ■ Criar linhas de transporte marítimo regular, seguro e moderno para ligar São Tomé e Príncipe; ■ Criar ligações de cabotagem para ligar diferentes regiões do país. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Construção de portos de tráfego de contentores; ■ Criar portos que garantam maior segurança no transbordo de pessoas e bens na RAP; ■ Criar linhas de transporte marítimo regular, seguro e moderno com o continente africano e com o resto do mundo; ■ Criação de um centro de reparação e assistência às embarcações; ■ Criação de um terminal e reserva de combustível; ■ Definição e orientação de tipos de embarcações que garantam a segurança marítima e minimizem o risco da perda de vida humana. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Construção de portos de tráfego de contentores: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de um centro de reparação e assistência às embarcações; ▪ Criação de um terminal e reserva de combustível; ▪ Segurança marítima; ▪ Sinalização marítima; ▪ Remoção das embarcações encalhadas e abandonadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Marinas; ■ Pesca desportiva; ■ Serviços de barcos de recreios e passageiros.

Anexo 2

Interações setoriais identificadas em relação à economia azul

Pesca/Turismo/Ambiente

- Salubridade das zonas de desembarque do pescado não compatível com o desenvolvimento turístico;
- Delimitação da zona de pesca e zona de turismo (plano de ocupação das zonas litorais e de atribuição de terras);
- Melhoria da cadeia de valor com destino ao mercado turístico (circuitos curtos, custo-benefício das infraestruturas de conservação do turismo e boas práticas de higiene; além de certificação de certo tipo de explorações — ex: produtos locais transformados a partir da pesca responsável, como atum à cana/linha);
- Oportunidade de rendimentos complementares para os profissionais de pesca dispor de competências e capacidades para atividades de turismo e ecoturismo (ex. pesca recreativa, visita a mangais e litoral, observação de baleias, tartarugas, mergulho subaquático, serviços de restauração ou mercado destinado ao turismo de acolhimento em casa dos habitantes (aluguer que não seja hotelaria tradicional, ex: alojamento costeiro);
- Infraestruturas comuns: acesso aos serviços básicos; água, eletricidade, saúde;
- Desenvolvimento de funções de observação e de contribuição para a conservação dos espaços protegidos pela comunidade de pesca, ex: pesca responsável, Áreas Marinhas Protegidas (AMP);
- Formação e implicação dos jovens das comunidades de pesca nos novos empregos associados à proteção e restauração dos ecossistemas (AMP, mangais, recifes de corais, etc.) e espécies ameaçadas (tartarugas, cetáceos, etc.);
- Formação e implicação dos jovens das comunidades de pesca nos novos empregos associados às atividades recreativas (pesca desportiva, nautismos, mergulhos, etc.);
- Melhoria dos conhecimentos empíricos das populações autóctones sobre as espécies e ecossistemas aquáticos;
- Desenvolvimento no seio das comunidades de pesca de oportunidades de vendas coletivas (associação de Palayês) dos produtos de pesca transformados destinados ao mercado turístico.

Pesca/Ambiente

- Gestão de recursos e ecossistemas marinhos, costeiros e litorais : Impacto sobre os recursos halêuticos (sobrexploração) e sobre os ecossistemas marinhos (Recifes, corais). Impacto sobre a zona litoral (corte de mangais, extração de areia, poluição de resíduos sólidos e líquidos, e erosão costeira) Elas não são muito práticas para a fumaça do pescado em STP, porque a fumaça pratica-se sobretudo com coco;
- Gestão e proteção de direitos de acesso pelas comunidades azuis;
- Educação das populações sobre as boas práticas;
- Desenvolvimento de um sistema de seguimento e controle de atividades;
- Luta contra a pesca INN;
- Tratamento de resíduos das comunidades piscatórias e subprodutos de pesca (rejeição física dos insumos de pesca, ex: redes utilizadas, óleo de motores, etc.);
- Gestão e proteção das zonas de vida das comunidades piscatórias (risco climático, erosão costeira, etc.).

Exploração de recursos petrolíferos ou mineiros/Pesca/Turismo

- Desenvolvimento futuro das indústrias extrativas, ex. Petróleo — impacto e risco ambiental sobre os recursos e ecossistemas marinhos, costeiros;
- Extração descontrolada de areia nas zonas litoral e costeira no mar para a construção;
- Concorrência territorial (restrição das zonas de pesca);
- Oportunidade para atualizar as infraestruturas e os serviços de pesca no quadro da gestão racional e durável do setor na base de recursos petrolíferos;
- Oportunidades para fazer entrar a pesca na Iniciativa sobre a Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE);
- Criação de um fundo de petróleo orientado para a economia azul.

Pesca/Transporte marítimo/Actividades náuticas de turismo

- Equipamento em meios e serviços de vigilância e de segurança das zonas marítimas para lutar contra a pesca INN e os riscos de pirataria;
- Seguimento e comunicação das previsões meteorológicas junto das comunidades de base;
- Parque/Oficina de construção, manutenção e reparação de navios e fornecimentos de materiais de convés (pesca profissional e pesca recreativa, nautismo);
- Formação em segurança marítima e sobre os meios de controlo regular de segurança marítima;
- Partilha das infraestruturas portuárias (porto de pesca, de comércio e marinha) e construção e/ou reabilitação das infraestruturas existentes).

Pesca/Energia/Turismo

- Capacitação e segurança energética dos locais de vida das comunidades piscatórias;
- Tratamento das poluições ligadas às fontes de energia inerentes às atividades de pesca;
- Impacto ambiental das fontes de energia utilizadas para a transformação e conservação de produtos de pesca (ex. fumagem);
- Balanço energético comparativo das cadeias de valor para os produtos de interesse nacional e internacional (tonídeo);
- Balanço energético comparativo das atividades turísticas (diferentes formas de turismo e de nautismo).

Agricultura e antropização

- Práticas agrícolas nas bacias hidrográficas (pesticidas, resíduos orgânicos, etc.);
- Práticas e resíduos domésticos nos rios (limpezas de objetos pessoais, eliminação de resíduos, plásticos etc.);
- Monitoramento e controle dos cursos de água.



Parceiros do projeto:

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)

A FAO tem como mandato a luta contra a fome e insegurança alimentar e nutricional no mundo. Entre outros esforços desenvolvidos em prol deste objetivo, a Organização trabalha para melhorar os níveis de nutrição, a produtividade agrícola, a gestão sustentável dos recursos naturais e a qualidade de vida das populações rurais e contribuir para o crescimento da economia mundial.

Elementos da FAO que participaram na elaboração do projeto:

Lionel Kinadjian, Funcionário Responsável das pescas e da aquicultura no Escritório Sub Regional da FAO para a Africa Central

Joseph Catanzano, Consultor Internacional da FAO, economista de recursos naturais y economia azul

Adelino Santiago Castelo David, Consultor Nacional Principal da FAO especialista em avaliação setorial

Aida Maria D'Almeida, Consultor Nacional da FAO em Gestão Participativa de Recursos Naturais

Olegário Tiny, Consultor Nacional da FAO, Oficial Jurídico

Mateus Neto César Ferreira, Consultor Nacional da FAO, Comunicação Institucional

Concepção do projeto:

Layout pela agência MondoForte LLC

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO)**

REPRESENTAÇÃO DA FAO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
Avenida Marginal 12 de Julho, CP 47

www.fao.org

ISBN 978-92-5-134765-2



9 789251 347652

CB5913PT/1/10.21